

CLIPPING SEMANAL DE MINERAÇÃO 29 de setembro a 03 outubro de 2014

(Coordenação: Karen C. Nasser de F. Borges, Ad Hoc Consultores Associados Ltda)

DESTAQUE DA SEMANA

O destaque da semana é a queda de preços do minério de ferro. A se confirmarem as previsões do mercado, esse queda será um desastre para o Brasil, cuja mineração é fortemente concentrada no minério de ferro ($\approx 64\%$ do Valor da Produção Mineral Brasileira, $\approx 78\%$ das exportações minerais e $\approx 13\%$ das exportações totais do Brasil). Uma situação como a que se configura nesse momento – altamente danosa aos interesses e necessidades do Brasil - exige uma estratégia rápida e eficiente, focada na diversificação da nossa matriz mineral, a partir da maior exploração do nosso potencial geológico-mineral, o que só é possível com expansão da pesquisa mineral. Mas, para que isso ocorra, é preciso haver uma mudança radical na política mineral brasileira, hoje o maior impeditivo para a atração dos investimentos em pesquisa mineral, necessários para sustentar essa expansão e diversificação de que tanto necessitamos e para a qual temos vocação natural.

Infelizmente, as tendências sinalizadas pela proposta do Novo Marco Legal para o Setor Mineral e pela decisão de suspender ou, que parece ser mais compatível com a realidade, de se administrar seletivamente os processos de autorizações e concessões, comprometeram severamente os investimentos em pesquisa mineral, minando a competitividade de nosso imenso potencial mineral.

O resultado dessa mudança radical nas regras do jogo do Setor Mineral, aparentemente inesperado pelo Governo, foi consolidar, na visão dos investidores e dos profissionais que atuam no segmento da Pesquisa Mineral, um quadro de insegurança jurídica e instabilidade administrativa que, se não for revertido o quanto antes, poderá gerar um “gap” financeiro e tecnológico fatal para a diversificação de nossa produção mineral dentro de um horizonte razoável de tempo, com claras repercussões negativas para o Desenvolvimento Sustentável do país.

Com efeito, o quadro atual se assemelha muito ao do final dos anos 1980: fuga de investidores, cancelamento de projetos, desmonte de equipes, desemprego de profissionais, perda de capacitação nacional em pesquisa mineral... Naquela ocasião, a média anual de investimentos em pesquisa mineral caiu em mais de 80%, na comparação entre os períodos entre 1980-1986 e 1987-1990. A razão para essa queda, como se sabe, foi a combinação fatal entre a redução dos preços de commodities e a instabilidade jurídica imposta aos detentores de direitos de pesquisa e lavra sinalizados pelas propostas nacionalistas/estatizantes surgidas no ambiente político que precedeu e dominou a Assembléia Nacional Constituinte, concluída em 1988. Os prejuízos daquele clima adverso aos investimentos em mineração, sobretudo os estrangeiros, só começaram a ser revertidos a partir de 1994/95, após intenso trabalho de reorientação da política mineral, que incluiu a revogação das restrições aos investimentos estrangeiros e a recomposição da capacidade administrativa do Estado na gestão dos recursos

minerais, mediante a atualização de anacronismos do Código de Mineração, sem mudanças nos seus princípios; a garantia de autonomia administrativa e financeira para o DNPM, transformado em autarquia com foco de atuação no fomento à pesquisa e na fiscalização da produção mineral; e a transformação da CPRM em Serviço Geológico, eliminando, entre outras atividades, sua atuação como concorrente da iniciativa privada em segmentos como a pesquisa mineral e venda de serviços de sondagem. Esse esforço bem sucedido de atualização institucional e fomento à mineração culminou com a implementação de um plano plurianual para o desenvolvimento do Setor Mineral, de viés liberalizante e não intervencionista, propiciando um aumento de quase 700% nos investimentos em pesquisa mineral, entre o início e o final da década de 1990.

Infelizmente, a quebra de continuidade dessa exitosa política de fomento da pesquisa e da produção mineral, a partir de uma inusitada reversão ao modelo de política mineral vigente em meados da década de 1980, caracterizando uma ruptura do sincronismo entre as ações da nossa política mineral e as oportunidades oferecidas pelo mercado impedindo que o Setor Mineral Brasileiro se beneficiasse, na medida de seu potencial, das oportunidades oferecidas pelo espetacular aumento dos preços das commodities minerais e do enorme crescimento dos investimentos em pesquisa mineral em todo o mundo, que caracteriza o chamado de “Superciclo da Mineração”, talvez a melhor oportunidade do Século para diversificar, expandir e modernizar nossa indústria de mineração.

Em vez dos novos projetos e dos grandes investimentos esperados, esse retrocesso à visão dos recursos minerais como “ativo estratégico” a ser explorado pelo do Estado, explícita e implicitamente contida no texto do Novo Marco Legal, associada ao aumento inesperado da discricionariedade nos atos de outorga de direitos minerários, o que se viu no Brasil foi a queda nos investimentos em pesquisa (medida em valores constantes) e a desmobilização de projetos e equipes de pesquisa mineral. Uma perda de oportunidades que afetou gravemente a base da cadeia produtiva da mineração, representado pela geração de um estoque de recursos minerais com valor econômico, do qual a descoberta de novas jazidas é apenas a parte mais visível.

Como o tempo de maturação dos investimentos em pesquisas minerais é naturalmente longo, não há solução de curto prazo para a perda de receitas com minério de ferro. Por isso, quanto mais tempo continuarmos perdendo com políticas contrárias ao fomento à pesquisa mineral, maior será o prejuízo para toda a cadeia produtiva da mineração. E por já termos perdido, no mínimo, os três últimos anos, é preciso retomar a normalidade do Setor Mineral com a máxima urgência, visando recuperar pelo menos uma parte do prejuízo causado pelas incertezas decorrentes das sinalizações negativas associadas à proposta do Novo Marco Legal para o Setor Mineral e pela decisão de se suspender ou administrar seletivamente a outorga de autorização e concessões de pesquisa e lavra mineral, antes que seja tarde demais.

Luciano de Freitas Borges – Ad Hoc Consultores Associados Ltda.

1-29/09/2014

Vale e Sumitomo vão fechar mina de carvão Isaac Plains devido a preços baixos

Reuters

TÓQUIO (Reuters) - A japonesa Sumitomo Corp disse nesta segunda-feira que a empresa e sua sócia brasileira Vale fecharão sua mina de carvão Isaac Plains em Queensland, na Austrália, até o fim de janeiro do ano que vem por conta da queda nos preços do carvão.

A mina de Isaac Plains, localizada na Bacia de Bowen em Queensland, produz carvão usado na geração de energia e produção de aço. A mina tem reservas provadas de mais de 44 milhões de toneladas, segundo seu website.

A BHP Billiton e a Mitsubishi disseram na semana passada que estão cortando cerca de 700 postos de trabalho em minas de carvão que operam na Bacia de Bowen, citando condições de mercado difíceis.

Em comunicado separado, a Vale afirmou que a operação na mina não é economicamente viável nas atuais condições de mercado.

(Por Aaron Sheldrick e Jim Regan)

2-29/09/2014

Chile mais um projeto no pipeline

A mineração no Chile continua a avançar alavancada por inúmeros novos projetos que enriquecem a economia do país andino. Agora é a vez do Projeto Inca de Oro, uma joint venture entre a australiana PanAust e a chilena Codelco. Inca de Oro é um jazimento de cobre sulfetado com 345Mt @ 0,47% de cobre, que vai produzir também ouro, prata e molibdênio.

O CAPEX a ser investido será de US\$635 milhões. Isto permitirá uma produção anual de 50.000t de cobre e 40.000 onças de ouro ao longo dos dez anos de vida útil da mina. Os estudos de viabilidade já foram concluídos em 2012 para um ROM de 12Mt/a em uma operação a céu aberto com processamento por flotação.

Fonte: www.geologo.com.br

3-29/09/2014

Morningstar: Vale suportará crise do preço de minério

Estadão Conteúdo

O crescimento da demanda chinesa por minério de ferro desacelerará "dramaticamente" e o mercado ficará "bem abastecido", resultando em preços mais baixos, de acordo com um relatório da Morningstar. A companhia reduziu a previsão de preço de minério de ferro no longo prazo em 17%, para US\$ 75 por tonelada, a partir de US\$ 90 por tonelada.

Isto terá um "impacto significativo" nas mineradoras de minério de ferro, particularmente as "de alto custo". A BHP Billiton, a Rio Tinto e a Vale serão as sobreviventes porque são "mais bem colocadas para suportar a crise e devem emergir com participações de mercado (market shares) consolidadas". Fonte: Dow Jones Newswires.

4-29/09/2014

Samarco já pode operar sua quarta usina em Anchieta

A Samarco Mineração informou, no Diário Oficial dessa sexta-feira (26), que obteve a licença de operação (LO) de sua quarta usina pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema). O processo autoriza a pelotização de minério de ferro, que segue o modelo da mineradora Vale instalada na Ponta de Tubarão, em Vitória, tanto na produção como nos danos ambientais e sociais causados ao povoado de Ubu, em Anchieta (litoral sul do Estado).

Na etapa anterior do processo de licenciamento, a licença de instalação (LI), foram estipuladas 73 condicionantes à Samarco. Entre elas a implementação de uma nova Estação de Tratamento de Efluentes Industriais e a elaboração de um estudo sobre material particulado, que inclui a caracterização desde partículas mais finas, como a PM 10 e PM 2,5, que vão direto para o pulmão, até as mais grossas, o conhecido pó preto. A empresa também se comprometeu, em Termo de Compromisso de Compensação Ambiental assinado com o Iema, a destinar R\$ 8 milhões para Unidades de Conservação da região.

Entidades ambientalistas denunciaram durante o processo o atropelo de determinações normativas; parcialidade nas audiências públicas para discutir o empreendimento; e o não cumprimento de etapas para obtenção da licença prévia (LP), como a elaboração, em conjunto com a sociedade, do Termo de Referência que deveria servir de base para o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima).

A nova usina permitirá que a produção da Samarco salte de 22,5 milhões de toneladas por ano para 30,5 milhões – 37% a mais -, o que irá agravar os índices de poluição do ar na região, que há anos já ultrapassaram o recomendado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que são ainda parâmetros defasados. Nas comunidades vizinhas à empresa, são crescentes os registros de doenças respiratórias e até de câncer. De acordo com os pescadores locais, o sistema produtivo da empresa faz com que a

maior parte da poluição das usinas seja emitida somente durante a madrugada, quando a maioria da população local não percebe os elevados índices de poluentes.

A Samarco também é acusada de despejar metais pesados, por mais de uma vez, na lagoa de Mãe-Bá; e de capturar à exaustão a água do Rio Benevente para uso na escala produtiva. Antes da implantação da Samarco, há 12 anos, Anchieta tinha uma população de apenas 13 mil habitantes, que conviviam em um ambiente bucólico e preservado.

Com a indústria de mineração, essa população praticamente dobrou. Hoje, o município chega à marca dos 25 mil moradores, cuja maioria migrou em busca de novas chances de emprego, que só ocorrem na fase inicial de obras. Depois, esse contingente populacional contribui para agravar problemas como o crescimento desordenado da cidade; criminalidade; falta de infraestrutura sanitária; e carência em serviços básicos de educação e saúde.

A LO foi requerida em agosto do ano passado e a inauguração da unidade, em período anterior à licença, contou com a presença em massa da classe política capixaba. Estiveram o governador Renato Casagrande; seu vice, Givaldo Vieira (PT); o ex-governador Paulo Hartung (PMDB); o presidente da Assembleia Legislativa, Theodorico Ferraço (DEM); o procurador-geral de Justiça, Eder Pontes, além de prefeitos, deputados e vereadores. A presidente Dilma Roussef também foi representada pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges.

Assim como seu antecessor, Casagrande manifestou reiteradas vezes seu apoio ao projeto de expansão da mineradora, ignorando o histórico de crimes ambientais que envolvem a empresa no sul do Estado. O Estado chegou a licenciar a 4ª Usina de Pelotização da Samarco antes mesmo de a Vale ter anunciado a aprovação do projeto. As ações da Samarco são divididas entre a mineradora e a BHP Billiton, cada uma com participação de 50%.

O Projeto Quarta Pelotização (P4P) entra para a lista dos empreendimentos que são instalados no Estado sob promessas de “empregabilidade” e “desenvolvimento” quando, na verdade, estão focados na exportação das riquezas produzidas em solo capixaba, onde deixam áreas devastadas, poluição e o crescimento desordenado dos p

5-29/09/2014

Minério de ferro cai abaixo de US\$78 na China antes de feriado prolongado

Reuters

CINGAPURA (Reuters) - Os preços do minério de ferro no mercado à vista da China ampliaram perdas para menos de 78 dólares por tonelada nesta segunda-feira, em meio a uma oferta abundante e uma fraca demanda das siderúrgicas antes do feriado de uma semana do Dia Nacional, que começa na quarta-feira.

Os lucros das indústrias no país asiático caíram 0,6 por cento em agosto ante um ano antes, revertendo uma alta de 13,5 por cento em julho, no mais recente sinal de enfraquecimento da segunda maior economia do mundo.

O minério com 62 por cento de teor de ferro caiu 1,1 por cento nesta segunda-feira, para 77,7 dólares por tonelada, menor patamar desde setembro de 2009, segundo dados do Steel Index.

"O excedente de oferta permanece uma questão importante tanto para o minério de ferro quanto para o aço e nós não enxergamos uma recuperação tão cedo", disse um operador de minério de ferro de Xangai.

Alguns investidores estão também reduzindo ou fechando suas posições nos mercados futuros de minério de ferro e de aço --que também atingiram mínimas históricas nesta segunda-feira-- antes do feriado prolongado, acrescentou o operador.

Grandes mineradoras como Vale e Rio Tinto têm elevado sua produção de minério de ferro nos últimos meses, inundando o mercado global.

Além das mineradoras, siderúrgicas chinesas com carregamentos excedentes vinculados a contratos de longo prazo com os fornecedores também estão descarregando produto no mercado, ampliando o excedente. Ao mesmo tempo, compradores interessados são raros, disseram operadores.

"Há muitos carregamentos no mercado e eu acredito que as usinas provavelmente já têm minério suficiente para cobrir suas necessidades durante o período de feriado", disse o operador de Xangai.

6-29/09/2014

ORÇAMENTO ESTIMADO EM R\$ 150 MILHÕES

A arrecadação da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro deve praticamente triplicar em 2015, caso o projeto Minas-Rio, da Anglo American, comece a operar até o fim deste ano, conforme prevê a Anglo American. De acordo com o prefeito Reinaldo César de Lima Guimarães (PMDB), a previsão orçamentária é de R\$ 150 milhões. Em 2014, a arrecadação não passará de R\$ 55 milhões, apesar da previsão de R\$ 65 milhões. Segundo Reinaldinho, a queda na receita foi puxada pela desmobilização das empresas com o fim da implantação do projeto minerário.

“Estamos, de fato, com a expectativa muito grande em relação ao ano que vem. Pretendemos trazer para a nossa comunidade mais saúde, mais segurança, enfim. Passado o momento da implantação do projeto, agora está na hora da produção – e Conceição já clama por isso”, afirmou o prefeito. Os recursos serão oriundos principalmente da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), além de outros impostos. “Isso realmente é o que Conceição do Mato Dentro está precisando”, disse Reinaldinho.

Mais dinheiro no caixa significa mais condição de investir em obras e projetos de melhorias. Desgastada pela grande quantidade de pessoas que vieram de fora trabalhar na mineradora e suas terceirizadas, a estrutura pública de Conceição está precisando de reparos. De acordo com o prefeito, assim que o dinheiro da mineração começar a chegar, o anel rodoviário e o hospital serão os primeiros a receber atenção especial.

“São coisas urgentíssimas. O anel viário, que vai tirar essa loucura de trânsito aqui do Centro, e o hospital, que está precisando de ajuda. São as duas demandas que são as maiores hoje”, explicou. No caso do desvio, o projeto está pronto, mas os recursos necessários à obra, da ordem de R\$ 28 milhões, ainda não estão totalmente assegurados. Em relação ao Hospital Imaculada Conceição, que, a exemplo de outros da região, está endividado, ainda não se sabe exatamente o que fazer. O prefeito pensa em recuperar a estrutura da instituição, em parceria com a Anglo, e, num futuro, costurar parcerias para construir um novo hospital.

Hospital regional

Um hospital regional de média complexidade, inclusive, foi identificado em um estudo encomendado pelo Governo do Estado como necessário na região do Médio Espinhaço. Poderia ser construído em Conceição ou Serro, cidades envolvidas diretamente no projeto Minas-Rio. Os recursos poderiam vir de um consórcio ou fundo, com a participação direta das prefeituras e dos governos estadual e federal.

Na ocasião da apresentação das propostas do Plano de Desenvolvimento Regional do Médio Espinhaço, a saúde, por ser uma das principais preocupações dos gestores, ganhou atenção especial. Segundo os pesquisadores responsáveis pelo trabalho encomendado pelo Governo de Minas, a necessidade do hospital regional se justifica pela carência de estrutura de saúde, hoje pouco articulada regionalmente e incapaz de atender às demandas geradas pelos projetos de mineração.

Fonte : De Fato Online

7-29/09/2014

METSO APOSTA NA RETOMADA DA MINERAÇÃO, MAS COM NOVOS PARÂMETROS

Posicionamento foi assumido durante seminário internacional em Belo Horizonte, que reuniu 160 profissionais de mineração e agregados. Durante o evento, a empresa anunciou a criação de centro de serviços inovador, a ser instalado na Região Metropolitana da capital

Apesar da interrupção do crescimento da mineração em 2012, a Metso não aposta em crise do segmento e sim num ciclo de ajuste, que antecipa a recuperação do setor a partir de 2016. Segundo João Ney Colagrossi, presidente Global de Mineração e Construção, o segmento não está no “modo pânico”, mas precisa trabalhar com outros parâmetros. Com essa avaliação, o executivo - único não-finlandês no board mundial da multinacional finlandesa – avalia que o crescimento recente do setor, baseado em volume e que aconteceu em função da demanda por commodities minerais, deve ser substituído por uma nova abordagem. Para ele, o ponto de mudança implica um cenário com foco na eficiência operacional. Ou seja, as mineradoras e seus provedores de soluções deverão fazer mais com menos, otimizando suas operações atuais e reduzindo os custos.

Para mostrar o seu papel nesse novo cenário, a companhia organizou duas rodadas de debates durante o Seminário Internacional Metso (SIM). O primeiro ciclo de debates, coordenado por Anderson Brini, vice-Presidente Metso de Vendas de Serviço para o Brasil, reuniu quatro especialistas da companhia para mostrar como as empresas do setor mineral e de agregados podem atingir sua máxima capacidade no menor tempo possível. Renato Oliveira, engenheiro de Processos da área de Tecnologia de Processo e Inovação (PTI), Toshihiko Ohashi, gerente de Aplicação de Sistema de Britagem e Peneiramento, Carlos Petravicius, gerente Nacional de Serviços para Mineração, e Boris Volavicius, engenheiro Sênior de Vendas em Mineração e Agregados, explicaram que a resposta é a redução do tempo de ativação dos projetos (ramp up).

Oliveira detalhou como a área de PTI pode reduzir os riscos de parada durante o ramp up, em iniciativas que incluem a caracterização do maciço, modelos, simulações e recomendações prévias, suporte durante a inicialização do projeto e o chamado PIO, sigla para a metodologia de integração e otimização de processo. Toshihiko, por sua vez, explicou como a Metso combina os recursos das engenharias de aplicação e de instalação para apresentar tecnologias que reduzem o tempo de ramp up. Na área de aplicação, o especialista apresentou várias soluções estratégicas como a simplificação das linhas de processamento. Já em termos de instalação, Toshihiko apontou casos reais de soluções inadequadas ou equivocadas que resultaram no atraso do ramp up. Petravicius destacou a expertise da Metso na gestão de processos para a redução do ramp up. Segundo ele, o gerenciamento proposto envolve sete fases – da instalação à reforma de equipamentos – com destaque para a primeira fase e para o início da operação e a estabilização operacional do projeto. Boris fechou a primeira mesa redonda apresentando três ferramentas da Metso usadas na otimização do ramp up: o FieldCare, para gerenciamento de ativos e dispositivos, o STC, simulador para treinamento e certificação de operação, e o PlantTriage, monitoramento de performance de malhas de controle.

Redução de despesas operacionais marca segunda mesa redonda

A segunda mesa redonda do SIM 2014 teve como destaque as soluções que a empresa propõe para reduzir as despesas operacionais com os ativos que as mineradoras detêm. O módulo foi coordenado por Walter Valery, PhD e vice Presidente Sênior Global de Tecnologia de Processos e Inovação (PTI). Brasileiro, o executivo é uma referência mundial em pesquisas no setor de mineração e lidera uma equipe que já executou 432 projetos. A área de PTI coleciona um extenso banco de dados focado em operações bem sucedidas ao redor do mundo. O especialista destacou um dos mais recentes deles, que envolve três mineradoras, sendo uma no Brasil: a combinação de informações geradas em tempo real por tags inseridas em etapas do processo mineral com dados de modelo de blocos. A iniciativa citada por Valery faz parte de um portfólio extenso da Metso, que foi resumido pela engenheira de processos Kristy Duff, da equipe de PTI baseada na Austrália.

Ela destacou como a Metso tem investigado tecnologias e práticas alternativas em mineração e processamento mineral que reduzem a utilização de energia e água e as emissões de carbono, ao mesmo tempo em que minimizam a geração de resíduos e maximizam valor. De acordo com Kristy, os avanços técnicos alcançados pela combinação de tecnologias já permitem reduções significativas, com a meta de reduzir o consumo de energia em 30% e a emissão de gases causadores do efeito estufa em 50%. O mexicano Felix Fornaguera, vice Presidente de Soluções para Moagem, detalhou a abordagem da Metso para o fornecimento de corpos moedores, destacando que a companhia foca em soluções de cominuição e não somente no fornecimento de um dos produtos para otimizar essa etapa. A apresentação do especialista mostrou ainda como o portfólio da Metso trata o processamento mineral como um todo e não de forma pontual. Carlos Petravicius, gerente Nacional de Serviços para Mineração, fechou o segundo módulo do SIM detalhando os vários modelos de contratos de desempenho que a companhia oferece. De acordo com ele, os contratos desse tipo maximizam os recursos, otimizam a produtividade e reduzem o capital investido.

Aposta no futuro inclui novo centro de serviços em Minas Gerais

Além do cenário atual de mineração – e de seu necessário ponto de mudança – apresentado por João Ney Colagrossi, presidente Global de Mineração e Construção, o SIM contou com a presença de Vânia Lúcia de Lima Andrade, diretora na Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (ABM) e ex-especialista em processos minerais na Vale. Para ela, a resposta do setor mineral às críticas geradas por vários segmentos da sociedade deve ser a maior transparência. Vânia citou o exemplo canadense da barragem de Fort MacMurray, que é monitorada livremente com imagens em tempo real e que podem ser acessadas pela população local. A especialista também destaca a inovação como ferramenta de transformação da mineração e, assim como Colagrossi, avalia que o setor mineral deve aproveitar o momento atual para mudar seu modelo de fazer negócios.

A Metso deixou para o final do SIM a grande novidade da empresa em 2014: o anúncio do plano de instalação do centro de serviços em Minas Gerais, em etapa final de aprovação junto ao Board executivo da empresa. A informação foi dada em primeira mão por Marcelo Motti, principal executivo da empresa no Brasil. De acordo com ele, o centro deverá ser ativado em 2015 e reforça a importância do estado para Metso. A localização da nova estrutura será definida até o final de outubro, mas deve acontecer na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O centro empregará 120 profissionais, além de englobar um estoque estratégico de peças. Para João Ney Colagrossi, a instalação traz a operação da Metso ainda mais próxima do cliente e sua área de 60 mil m² sinaliza que a corporação tem espaço suficiente para expandir seus negócios no estado, de acordo com a demanda do setor de mineração e agregados.

O encerramento do SIM foi feito pelo ilusionista profissional Rafael Baltresca, engenheiro eletrônico de formação, especialista em programação neurolinguística e pesquisador de psicologia comportamental e psicanálise aplicada a negócios.

Fonte : Assessoria Metso

8-29/09/2014

AMAZONAS VAI CONTRIBUIR COM 20% DAS DEMANDAS BRASILEIRAS DE POTÁSSIO

O Amazonas contribuirá com 20% das demandas brasileiras de potássio, com o início das operações da primeira mina de silvinita, minério de onde se extrai o potássio, existente no município de Autazes, previsto para o primeiro semestre de 2018. O Estado também passará a receber investimentos em novas pesquisas na região dos municípios de Itacoatiara, Nova Olinda do Norte e Itapiranga para a delimitação de novos depósitos de potássio, tendo em vista que as reservas do Amazonas se estendem por mais de 400 km em direção aos limites com o Pará.

As informações foram divulgadas na última quinta-feira (25), pelo secretário de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos do Amazonas, Daniel Nava, durante o 47º Congresso Brasileiro de Geologia, realizado em Salvador (BA), que reuniu mais de 4,5 mil geocientistas e representantes do setor mineral do país. O secretário Daniel Nava anunciou durante o evento que o Plano Diretor Mineral e de Óleo e Gás do Estado do Amazonas 2030, deverá ser lançado pelo governo do Amazonas em novembro de 2014.

Daniel Nava também anunciou a ampliação das reservas de silvinita na região da foz dos rios Madeira e Baixo Amazonas, confirmada por relatórios de pesquisas da empresa Potássio do Brasil e comunicados ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Segundo Nava, os relatórios apontam que a reserva estimada de silvinita no município de Autazes, por exemplo, totaliza mais de 700 milhões de toneladas.

Estimativa de produção anual

De acordo com o titular da Secretaria de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos (Semgrh), o empreendimento da empresa Potássio do Brasil em Autazes está na fase de desenvolvimento dos estudos ambientais e socioeconômicos para obtenção da licença de instalação. Segundo Nava, a produção da mina, quando iniciada a operação em 2018, está estimada em dois milhões de toneladas por ano.

Outro aspecto relacionado à exploração da silvinita do Amazonas, considerado de extrema competitividade pelo secretário Daniel Nava, é a logística. Segundo ele, levando em conta a posição geopolítica dos depósitos de silvinita às margens de importantes hidrovias (Madeira e Amazonas), os empreendimentos terão custos mais baratos, levando em conta tanto o consumo do minério na região do cerrado brasileiro, grande produtor de grãos e alimentos, quanto a possibilidade de atendimento do mercado dos Estados Unidos (EUA), através dos portos do Sul daquele País.

Calcário agrícola

Além de atualizar os participantes do Congresso Brasileiro de Geologia sobre o projeto Silvinita, o secretário Daniel Nava, explicou que em 2011, quando a Semgrh foi criada, o Estado do Amazonas importava 100% de calcário agrícola que consumia de outros Estados, como Ceará, Mato Grosso e Rondônia, chegando a pagar mais de R\$ 450 por tonelada do produto que é usado na produção agrícola e pecuária do Estado, este último sendo usado na recuperação de pastos e correção de pH em tanques de piscicultura.

Entretanto, Daniel Nava afirmou que, a partir da identificação de reservas do calcário agrícola, rico em magnésio, na mina do Jatapu, no município de Urucará, estimada em 1,7 milhões de toneladas e da implantação da primeira usina de beneficiamento do minério, no município de Manacapuru, na região metropolitana de Manaus, em 2014, os produtores amazonenses já podem comprar o insumo mineral com um valor 70% mais barato, por R\$ 155 a tonelada.

Fonte : Portal Amazônia

9-29/09/2014

MINÉRIO DE FERRO É DESTAQUE EM RELATÓRIO SOBRE INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO

A nossa principal commodity, o minério de ferro, foi destaque no último Informe Mineral, relatório semestral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão federal que regulamenta a mineração brasileira. Segundo o documento, a produção nacional da indústria mineral registrou expansão de 9,57% no primeiro semestre deste ano, na comparação com o mesmo período do ano anterior, conforme o Índice de Produção Mineral (IPM). O resultado foi o melhor desempenho do setor desde 2011.

Ainda segundo o documento, o resultado positivo se deve, principalmente, ao crescimento da produção de minérios de ferro (14,5%), seguida pelo ouro (10,5%). As boas condições climáticas nas principais regiões produtoras, além da entrada de novas unidades de produção, contribuíram para esse crescimento.

Produção no segundo trimestre

A produção da Vale no primeiro semestre totalizou 150,5 milhões de toneladas métricas (Mt) de minério de ferro, 15,1 Mt acima do primeiro semestre de 2013, aumentando nossa confiança em atingir a meta de produção de 312 Mt para o ano. Somente no último trimestre, nossa produção chegou a 79,4 Mt, a melhor performance para um segundo trimestre, com ganhos em todos os sistemas na comparação com o primeiro trimestre deste ano. Os ramp-ups da Planta 2, em Carajás, e da nova planta de Conceição Itabiritos, no Sistema Sudeste, além das condições climáticas também citadas no relatório do DNPM, foram fundamentais para o bom desempenho operacional da Vale.

Fonte: Vale

10-29/09/2014

Matéria-prima em queda leva Austrália a buscar novo modelo econômico

Por Assis Moreira | De Brisbane (Austrália)

O fim do "boom" do setor de mineração, com forte queda nos preços de matérias-primas, acelera os planos da Austrália de diversificar seu modelo econômico e fazer ajustes no seu "welfare state". Isso deve resultar em forte corte de gastos públicos em saúde e educação, de um lado, e reformas bilionárias em infraestrutura de outro.

A Austrália viveu mais de duas décadas de contínuo crescimento econômico, garantindo aos 23 milhões de habitantes dessa próspera ilha-continente um dos mais altos padrões de vida no mundo.

O principal motor do crescimento foi o volume de investimentos no setor de mineração. Para atender a demanda dos parceiros, principalmente a China, os investimentos no setor pularam de menos de 2% do PIB em 2003 para quase 8% no ano passado. O estoque de capital no setor triplicou para mais de 300 bilhões de dólares australianos (cerca de US\$ 265 bilhões) desde o início do "boom", 180 mil empregos adicionais foram criados no setor, além de outros postos de trabalho em indústrias anexas. Os salários aumentaram 35% mais rápido do que a inflação na última década.

Mas só neste ano o preço do minério de ferro, principal produto de exportação australiano, caiu 40%, e os investimentos na mineração continuaram a baixar, elevando

as inquietações sobre as perspectivas da economia. Quando o preço do minério de ferro cai um dólar por tonelada, isso representa 300 milhões de dólares australianos a menos de receita para o governo, conforme analistas.

O minério de ferro representa 22% de tudo o que o país exporta, gerando 69 bilhões de dólares australianos. Agora, o país entrou em outro estágio do "boom" da mineração, baseado em aumento da produção e do volume exportado, ao mesmo tempo em que os preços e investimentos declinam.

"O declínio nos termos de troca vai influenciar pesadamente no médio prazo as perspectivas de renda média", afirma Martin Parkinson, vice-ministro das Finanças. "Não podemos mais contar com alta dos termos de troca no comércio como fonte de crescimento da renda."

O déficit público chega a 3% do PIB neste ano. A Austrália tem, porém, dívida pública pequena, de menos de 20%, contra mais de 100% de países europeus, e mantém o invejado rating AAA das empresas de classificação de risco.

Em todo caso, o governo liberal-conservador deflagrou o sinal de alerta sobre os desafios estruturais, incluindo o envelhecimento da população e o persistente declínio nos termos de troca no comércio (preços de exportações mais baixos e de importações mais elevados).

O premiê Tony Abbott apresentou em maio o orçamento mais rigoroso dos últimos 20 anos, com corte de 80 bilhões de dólares australianos em dez anos. Vai afetar principalmente os setores de saúde e educação. Os australianos têm um sistema de saúde gratuito, incluindo quase todos os medicamentos. Na educação, os estudantes conseguem empréstimo do governo para pagar a universidade, que será devolvido com juro baixo ao longo da carreira profissional.

O imposto sobre a pessoa física deve aumentar de 23% para 28% na média nos próximos anos, mas haverá corte de 1,5% para as empresas. A idade mínima de aposentadoria é 70 anos. A alocação para desempregados, de 2.000 dólares australianos por mês, será reduzida e condicionada. O governo planeja obter "superávit estrutural" dentro de cinco anos.

Ao mesmo tempo, o governo desenhou um plano de investimentos públicos-privados de 120 bilhões de dólares australianos para os próximos anos. Várias dezenas de bilhões a serem obtidos com privatizações serão imediatamente aplicados em novos projetos para melhorar a competitividade da economia.

"A economia australiana passa por uma transição significativa, para no futuro contar com renda de exportação mais diversificada", disse o ministro das Finanças Joe Hockey a um grupo de jornalistas estrangeiros.

Sem surpresa, o plano do governo é impopular. Mas Hockey insiste que as reformas vão render dividendos para o crescimento. Diz ser insustentável garantir que cada australiano seja subvencionado até 25 anos, durante os estudos, e a partir da aposentadoria.

O primeiro-ministro Abbott repete que não dá para gastar o dinheiro que não se tem, e argumenta que nenhum país alcança a prosperidade só cobrando impostos ou distribuindo subvenções.

O vice-ministro Parkinson diz que a maioria dos australianos não percebeu o quanto o padrão de vida aumentou em 20 anos e estima que agora o choque vai ser rude. O chefe de governo do Estado da Austrália Ocidental, Colin Barnett, disse na imprensa local que a Austrália já enfrenta declínio na renda real.

O governo projeta mais queda nos termos de troca do comércio, que resultará em crescimento nominal do PIB em 3% em 2014-2015 e 4,7% em 2015-2016, bem abaixo da média dos últimos 20 anos.

Para evitar maior deterioração no nível de vida, a Austrália precisa que a produtividade do trabalho cresça 3% ao ano, bem mais do que no passado e o dobro do que foi alcançado na virada do século.

Muita coisa vai depender da implementação do plano "National Industry Investment Agenda". A redução da dependência em relação a matérias-primas, em todo caso, tem limites: o país espera se tornar o maior exportador de GNL (gás), superando Qatar e Malásia, a partir de exploração bilionária na cidade de Gladstone.

O governo pisa no acelerador também em busca de tratados de livre-comércio. Já fechou acordos preferenciais com Coreia do Sul e Japão, e planeja concluir um acordo com a China em novembro, após dez anos de negociações. Em seguida, quer começar a negociar com a Índia, outro emergente com enorme potencial.

Enquanto se prepara para enfrentar desafios, a Austrália acha que tem também várias oportunidades pela frente. Uma delas é o enorme crescimento da classe média na Ásia-Pacífico, de 500 milhões em 2009 para 3,2 bilhões em 2030, ampliando chances para suas exportações.

O governo estima que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento não serão afetados. Universidades australianas têm catálogo de inovações, como o Nanopatch, a futura vacina sem injeção. Do Centre for Advanced Imaging (CAI), da Universidade de Queensland, saíram invenções que são usadas hoje em 70% das máquinas de raio-x no mundo.

11-30/09/2014

Destaques

Comando da Norsk Hydro

O presidente da fabricante norueguesa de alumínio Norsk Hydro, Svein Richard Brandtzæg, vai permanecer na empresa e não assumirá o comando da companhia de fertilizantes Yara International. Em julho, Brandtzæg havia notificado o conselho de administração da Norsk Hydro que iria renunciar, mas mudou de ideia após o conselho ter pedido que ele reconsiderasse sua decisão.

Fonte: Valor

12-30/09/2014

Mineradora culpa fenômeno geológico raro por rompimento de barragem em Itabirito

Canais subterrâneos originários de um fenômeno geológico raro, conhecido como “inversão de relevo”, podem ter levado ao rompimento da barragem B1 da Herculano Mineração, em Itabirito, na Região Central do estado, que deixou dois mortos e um desaparecido. A possível causa do acidente, que aconteceu no último dia 10, está em um estudo preliminar encomendado pela mineradora e divulgado nesta quinta-feira por meio de nota.

O levantamento foi feito pela consultoria Brandt Meio Ambiente a pedido da Herculano Mineração. O relatório, segundo a mineradora, aponta ainda a necessidade de estudos mais aprofundados na área explorada pela mineradora. No entanto, o estudo descarta riscos para as pessoas que vivem próximas ao local do acidente.

A inversão de relevo acontece quando uma formação geológica sofre uma alteração estrutural, mudando o padrão de sentido de formação das rochas. Com essa alteração, pode ter ocorrido infiltração de água e, conseqüentemente, o abatimento do solo.

Fim das buscas

Quinze dias após o acidente, o Corpo de Bombeiros encerrou as buscas pelo operador de retroescavadeira Adilson Aparecido Batista, de 44 anos, que desapareceu após o deslizamento de rejeitos na mineradora Herculano. Os militares alegaram falta de segurança para continuar os trabalhos, já que para tentar localizar a vítima seria necessário fazer buracos mais fundos, o que levaria ao risco de os rejeitos de minério deslizarem novamente.

Fonte: EM

13-30/09/2014

Conheça Jubilee, a maior mina de diamantes do mundo

Situada a 13 Km a NW de Aikhal, na Rússia, uma região peneplanizada com dezenas de lagos, encontra-se a maior mina de diamantes do mundo a mina de Jubilee. As reservas recuperáveis de Jubilee superam os 204 milhões de quilates. Parte destas reservas, as 107,163 milhões de toneladas a um teor alto, de 0.90 quilates por tonelada de minério, já tem certificação JORC.

A mina a céu aberto está situada sobre o kimberlito de mesmo nome e é controlada pela gigante russa a ALROSA. O pit já tem 320 metros de profundidade e vai atingir 729 quando a mina será transformada em subterrânea. A produção de Jubilee é simplesmente monstruosa. Em 2012 atingiu 10,4 milhões de quilates ficando um pouco acima da segunda maior mina do mundo a Udachny , localizada a 66 km, também na Yakutia.

O pipe é conhecido por produzir diamantes grandes como o encontrado em 2013 com 235 quilates (não confundir com o diamante Jubilee produzido na África do Sul).

Fonte: www.geologo.com.br

14-30/09/2014

London Mining caiu mais de 50%

O grupo de mineradores africanos de minério de ferro o London Mining, não aguentou as pressões vindas do vírus Ebola, de um lado, e do outro os baixos preços do minério de ferro. As ações, negociadas na bolsa caíram, somente hoje, mais de 50%.

A produção da mina Marampa na Serra Leoa foi duramente atingida pela epidemia de Ebola. Para piorar, o grupo precisa urgentemente de uma injeção de dinheiro que, se ocorrer neste momento de debilidade econômica, irá diluir drasticamente os acionistas. É uma decisão difícil que o London Mining tem pela frente. O grupo já perdeu 90% do seu valor de mercado neste ano...

Situações similares começam a ficar corriqueiras entre os produtores de minério de ferro de alto custo. A Bellzone já suspendeu as operações de venda de ações na Bolsa de Londres enquanto corre atrás do capital chinês.

Fonte: www.geologo.com.br

15-30/09/2014

Justiça ordena indeferimento para mineração em áreas indígenas de RR

A Justiça Federal, atendendo a pedido de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR), determinou em sentença que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) indefira todos os pedidos de registro de exploração mineral em terras indígenas do estado de Roraima, cessando a suspensão dos

requerimentos e o cancelamento de qualquer direito de preferência sobre a mineração em tais áreas.

Na ação civil pública, o MPF defendeu que não há respaldo legal para o deferimento desses pedidos, uma vez que a Constituição Federal exige a regulamentação do assunto por lei e, até o momento, não existe nenhuma legislação que discipline a forma especial de exploração de atividade mineral dentro de terras indígenas. Os pedidos dependem também de autorização do Congresso Nacional específica para cada hipótese de requerimento de lavra, além de consulta prévia, livre e informada dos indígenas, com caráter resolutivo.

Conforme levantamento do MPF, em Roraima existem mais de 1,2 mil registros de pedido de extração mineral em área indígena, pendentes de manifestação que geraram precedência para eventual autorização de lavra por parte do DNPM, órgão do Ministério das Minas e Energia.

Direitos de preferência

A decisão da Justiça atende a uma antiga preocupação do MPF/RR e das populações indígenas do estado, que têm sofrido com os efeitos da suspensão da análise de pedidos de lavra de produção mineral. Esta prática vinha criando um sério problema, já que os pedidos eram organizados por ordem de preferência e fomentavam expectativas de direito por parte dos requerentes.

Ao atender o pedido do MPF, o texto da decisão reconhece que o DNPM tem fomentado expectativas de direito e provável lobby sobre a regulação de mineração. “Ao decidir pelo sobrestamento e não enfrentar o ônus da negativa, ao não desconstituir a sua fila de futuros exploradores de minério em terra indígena, o DNPM colocou os povos indígenas do estado em situação de insegurança jurídica, sob a pressão de que os interessados detentores de preferência venham a exercer o seu direito”.

Ainda conforme a sentença, é necessário defender o direito dos povos indígenas de não serem perturbados por preferências e loteamento de suas terras para mineração já que não há marco legal nem autorização do parlamento: “A regra constitucional que ordena a prévia autorização para a mineração em terra indígena vem justamente para proteger o patrimônio ambiental e cultural de tais etnias e, ausente o choque de normas, a solução da ponderação acaba por ser uma opção aleatória do administrador, repousando sobre o vazio legal e constitucional. Não há direito constitucional de exploradores de minério em terra indígena que não possa ser sacrificado e que tenha que ser contido através do paliativo do sobrestamento de processos”.

Desta forma, a Justiça Federal julgou ilegal a suspensão dos processos pelo DNPM, impondo a análise, o cancelamento dos requerimentos e o indeferimento dos pedidos já existentes no prazo de 60 dias. Quanto a futuros pedidos, foi determinada a imediata análise e indeferimento, até que seja mantida a situação de ausência de lei federal que regule o tema ou autorização do Congresso Nacional.

Por telefone, o superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral, Eugênio Tavares, disse ao **G1** que não foi notificado oficialmente pela Justiça sobre a determinação com base na ação ajuizada pelo Ministério Público Federal em Roraima.

Tavares ressaltou ainda que “exploração em área indígena é completamente ilegal e assunto da Polícia Federal e da Fundação Nacional do Índio (Funai)”. “Recebi há algum tempo uma sugestão para dar baixa nos requerimentos. Se há uma determinação,

passarei para os meus superiores e atenderemos. Mas, sugestão não atenderemos. Vou aguardar a notificação oficial”, disse.

Fonte: G1

16-30/09/2014

Preço do carvão cai e Vale desativa mina na Austrália

Por Fernanda Guimarães | Estadão Conteúdo

Os preços em queda do carvão levaram a Vale a suspender as operações de sua mina Isaac Plains, em Queensland, na Austrália. A mineradora explicou que a operação não é economicamente viável diante das atuais condições de mercado e que a decisão foi tomada em conjunto com a japonesa Sumitomo Corporation, que é sócia da empresa brasileira no empreendimento.

A diminuição da demanda chinesa por commodities tem provocado uma queda generalizada dos preços de matérias-primas. O minério de ferro, por exemplo, já acumula perdas de quase 42%. Hoje, o valor do insumo renovou mais uma vez a mínima em cinco anos e abriu a semana em US\$ 77,7 a tonelada no mercado à vista chinês. No caso do carvão, o valor recuou para menos da metade do preço praticado há três anos. Os preços do carvão de coque têm sido negociados recentemente perto de seus níveis mais baixos em sete anos. Só em 2014, o preço caiu mais de 20%. Em nota, a mineradora destacou que "a decisão é consistente com a estratégia da Vale de focar na disciplina da alocação de capital e maximizar valor aos seus acionistas".

Já a Sumitomo, em comunicado, disse que espera um prejuízo de US\$ 274 milhões com a mina. A produção de Isaac Plains foi de 210 milhões de toneladas métricas de carvão no ano fiscal encerrado em março de 2014.

A Vale é dona de outras duas minas de carvão na Austrália, a de Carborough e a Integra - que teve suas atividades paralisadas em maio. A empresa também explora carvão em Moçambique e na China.

O preço mais baixo dos insumos não tem prejudicado apenas a Vale. A BHP Billinton e a Mitsubishi informaram recentemente uma redução das operações em Queensland, além da demissão de 700 trabalhadores. Outra mineradora, a New Hope Corp., reduziu sua força de trabalho em 7%, demitindo 45 trabalhadores.

No Brasil, o recuo dos preços também tem colocado em xeque a viabilidade de projetos, principalmente daqueles que não têm logística integrada - caso, por exemplo, das siderúrgicas que investem em mineração, como a Gerdau e a Usiminas.

Estoques

Em relatório divulgado ao mercado na semana passada, o BTG Pactual destacou que as mineradoras já colocaram neste ano um adicional de produção de 150 milhões de toneladas de minério de ferro no mercado, levando a uma queda de 40% nos preços no acumulado do ano.

Para o próximo ano, dizem os analistas, a expectativa é de que a capacidade do insumo tenha um acréscimo de mais 100 milhões de toneladas. No momento, os profissionais afirmam ter baixa convicção de que o processo de reestocagem das usinas chinesas levem os preços do minério de ferro novamente para o patamar de US\$ 90 a tonelada ou mais. "Sem dúvida há uma realocação de estoques para os portos chineses e os sinais mostram que as usinas estão confortáveis com os níveis de estoques atuais", destacam os profissionais do BTG.

Os analistas lembram que as restrições de crédito e a fraca demanda do usuário final, além das expectativas com o aumento da oferta, podem ter influência negativa para a reestocagem, assim como para os preços. "Ainda esperamos uma recuperação do preço do minério de ferro em relação aos preços atuais, mas a falta de visibilidade sobre as variáveis chave reduzem a nossa convicção."

Na semana passada, em entrevista ao Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado, o diretor executivo de Ferrosos e Estratégia da Vale, José Carlos Martins, disse que a mineradora segue "extremamente rentável" apesar da queda dos preços do minério de ferro e que a matéria-prima precisaria cair muito para ela deixar de ser lucrativa. "Muitas empresas já estão deixando de funcionar. Sabe aquela história que o último a sair apaga a luz? Se tiver de apagar a luz, a Vale vai ser a última." As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

17-30/09/2014

Cadeia produtiva da mineração em destaque na 17ª Feira Multissetorial do Médio Piracicaba em Santa Bárbara (MG)

Santa Bárbara (MG) – Entre os dias 18 e 20 de setembro, a cidade de Santa Bárbara (MG) recebeu mais de 15 mil pessoas para a 17ª Feira Multissetorial da região do Médio Piracicaba. Realizada pela Associação Comercial Empresarial (ACISB) e pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), a feira gerou cerca de R\$ 10 milhões em negócios.

Com o tema: “Cadeia Produtiva da Mineração”, evento mostrou diversificação com a participação das mineradoras, Vale, AngloGold Ashanti e Samarco, e de expositores da indústria, comércio e serviços da região, o que proporcionou diversas rodadas de negócios, com oportunidades para empreendedores e microempresários da região.

Este ano, o evento contou com uma estrutura totalmente nova, em uma área com mais de 7.000 m², cerca de 400% maior que a do ano anterior, gerando durante o evento cerca de 500 empregos diretos e mais de 600 indiretos. Paralelamente a feira, o Sebrae Minas realizou clínicas tecnológicas, oficinas de finanças e marketing, o SENAC fechou o evento promovendo a palestra sobre vendas. O setor de suprimentos das mineradoras participaram do seminário: “Grandes compradores, Pequenos Fornecedores”. Mediado pela jornalista Inácia Soares, representantes ensinaram os caminhos e procedimentos para a realização de negócios com as mineradoras. A AngloGold Ashanti, por meio do seu Programa de Integração Cultural (PIC), promoveu para a comunidade diversos espetáculos, mostras e oficinas culturais.

Segundo o presidente da ACISB e CDL, de Santa Bárbara, José Renato Fonseca, o fomento ao empreendedorismo é um dos principais, senão o principal objetivo da feira. “O fenômeno do empreendedorismo é de uma importância imprescindível para o desenvolvimento econômico e social de uma cidade ou região, já que o surgimento de novas empresas e negócios acarreta a geração de novos empregos”, explica José Renato. “Ficamos felizes com os resultados alcançados na feira, já que conseguimos unir estrategicamente todos os arranjos econômicos da região, com grandes e pequenas empresas, possibilitando na diversificação de negócios, o fortalecimento da economia de Santa Bárbara e de toda a região do Médio Piracicaba”, concluiu.

Fonte: SEGS

18-30/09/2014

CPRM REALIZA MAPEAMENTOS EM PARCERIA COM UNIVERSIDADES DE MG E RN

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) lançou 22 mapas em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Os mapeamentos, realizados pelo Programa Geologia do Brasil (Pronageo), foram apresentados na última quinta-feira (25) durante o 47º Congresso Brasileiro de Geologia (CBG), em Salvador.

Os mapas feitos em parceria com a UFMG registram as informações da geologia e dos recursos minerais dos municípios de Contagem, Manhumirim, Andrequicé, Corinto, Montes Claros, Morro da Graça, Serra do Cabral, Viçosa e Jequiri, todos em Minas

Gerais. Já com a UFRN, foi realizado o mapeamento da região de Jandaíra e Mossoró, ambas no Rio Grande do Norte.

“Além dos mapeamentos, as parcerias foram importantes para a formação de novos profissionais; e para a formação de mestres e doutores nas universidades. Essa é uma ação simples onde formamos mapeadores mapeando”, disse o professor da UFMG, Antônio Pedrosa Soares. Segundo ele, vários alunos que participaram dos mapeamentos se tornam profissionais e acabam trabalhando em empresas do setor.

O diretor-presidente do CPRM, Manoel Barretto, disse que os produtos feitos a partir das parcerias com as universidades são importantes. Ao todo, foram realizados 89 mapas em todo o país. “Esta não é a primeira vez que lançamos mapas em parceria com a UFMG”, disse Barretto.

Os mapas apresentados foram realizados na escala 1:100.000 e também na escala 1:50.000. Segundo o CPRM, o pesquisador em Geociências da empresa, Luiz Carlos da Silva, é o responsável pela coordenação tecnocientífica do Pronageo.

A 47ª edição do CBG reuniu, de 21 a 26 de setembro, estudantes, pesquisadores e profissionais do setor de mineração para minicursos, sessões técnico-científicas, simpósios temáticos e fóruns especiais com discussões sobre geociências do setor mineral, petrolífero, recursos hídricos e de meio ambiente.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

19-30/09/2014

CHILE: MAIS UM PROJETO NO PIPELINE

A mineração no Chile continua a avançar alavancada por inúmeros novos projetos que enriquecem a economia do país andino. Agora é a vez do Projeto Inca de Oro, uma joint venture entre a australiana PanAust e a chilena Codelco.

Inca de Oro é um jazimento de cobre sulfetado com 345Mt @ 0,47% de cobre, que vai produzir também ouro, prata e molibdênio.

O CAPEX a ser investido será de US\$635 milhões. Isto permitirá uma produção anual de 50.000t de cobre e 40.000 onças de ouro ao longo dos dez anos de vida útil da mina.

Os estudos de viabilidade já foram concluídos em 2012 para um ROM de 12Mt/a em uma operação a céu aberto com processamento por flotação.

Fonte: Site Geólogo

20-30/09/2014

INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA

Mineradoras cortam produção

JOSÉ ANTÔNIO BICALHO

Jornalista
jleite@hojeemdia.com.br



Mineradoras de porte médio estão cortando produção e empresários do setor já cogitam o fechamento de minas. O motivo é o preço do minério de ferro, que nos primeiros dias da semana passada rompeu o patamar mínimo dos US\$ 80 a tonelada. Esse valor marca a linha de corte entre lucro e prejuízo para cerca de 30 mineradoras de porte médio que atuam no Estado.

Para balizar suas negociações com mineradoras, uma grande siderúrgica que atua em Minas fez um levantamento de custos médios da mineração para exportação (ao qual a coluna teve acesso por uma fonte indireta), comparando empresas que possuem logística integrada – ferrovia ou mineroduto e porto – com aquelas que não possuem e precisam contratar transporte. No primeiro caso estariam Vale, Namisa e Samarco. No segundo, as três dezenas de empresas médias do setor.

Logicamente, os custos podem variar por conta das especificidades de cada mina (teor de ferro, presença de contaminantes, distância do ponto de embarque, tecnologia utilizada no processo de concentração e outros), mas o estudo mostra que, na média geral, a atividade mineradora

está no limite da viabilidade econômica. Vejamos os números.

Uma mineradora de grande porte, com custos diluídos pela escala de produção e logística integrada, como a Vale, consegue atualmente colocar o minério em seu próprio porto gastando US\$ 25 por tonelada. O frete do navio até a China custaria outros US\$ 25. Custo total de US\$ 50. Ou seja, a operação mantém-se lucrativa mesmo com o preço de referência (índice Iodex Platts, baseado no mercado à vista na China) abaixo dos US\$ 80.

Já uma mineradora de porte médio tem custo de produção dentro da mina de, em média, US\$ 25 a tonelada. A esses acrescentam-se US\$ 15 do transporte de trem até o porto e mais US\$ 20 de custos portuários. E outros US\$ 20 de frete de navio. Total de US\$ 80.

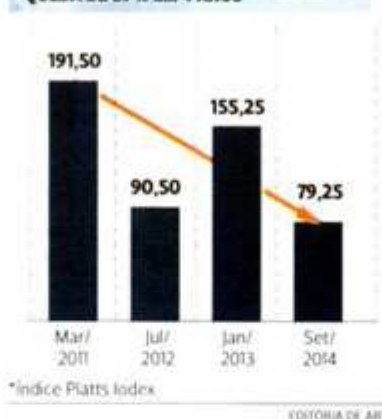
Na verdade, trata-se de um levantamento de custos pouco usuais já que os clientes finais das pequenas mineradoras não estão na China e são, justamente, as grandes mineradoras. Mas os contratos fechados internamente também são referenciados nos preços internacionais, descontados dos custos logísticos. Na prática, a remuneração é a mesma de uma operação de exportação. Quando a cotação cai na China, o valor pago por tonelada no Brasil também cai. E quando cai com a força atual, restam poucas alternativas.

EXPORTAÇÃO DIRETA

Exportar diretamente seria uma das alternativas e já se mostrou interessante no passado, mas os ganhos são marginais e insuficientes para garantir lucratividade no quadro atual de preços internacionais. De acordo com Fernando Coura, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), não é incomum que as mineradoras se organizem em pools esporádicos para

PREÇO DO MINÉRIO* (US\$/ton)

QUEDA DE 59% EM 4 ANOS



exportar, mas é preciso um bom clima de negócios para animar várias empresas, que produzem entre 30 mil e 50 mil toneladas ao mês, a contratar um grande navio mineralero, com capacidade para 160 mil ou 180 mil toneladas, e assumir todos os riscos envolvidos na operação.

O câmbio, atualmente acima dos R\$ 2,40, vem contribuindo mas ainda de forma insuficiente. De acordo com Coura, a perdurar o atual patamar de preços, a alternativa é colocar o pé no freio, reduzindo a produção progressivamente até caso extremo de fechamento de minas. Ele não cita exemplos, mas assume que já está desacelerando a produção na empresa na qual possui participação, a LMA Mineração, fornecedora da Namisa.

PROBLEMA ESTRUTURAL

O recuo dos preços do minério está se dando por questões estruturais e é isso que mais preocupa as empresas do setor. No mês, a cotação do minério tem queda de 8%. No ano, a baixa acumula 41%.

A expectativa é a de que o ciclo de baixa perdure por um bom tempo em função do excesso de produção no mundo, crise na siderurgia e desaceleração da China. No setor, todos apostam no fechamento de uma série de minas pouco econômicas, principalmente na China, o que poderia reequilibrar o setor. Mas, ninguém se arrisca a calcular em quanto tempo e em qual patamar se dará esse reequilíbrio.

Na Vale já se fala de US\$ 100 por tonelada como um referencial de bom preço para o médio prazo, segundo Pedro Gaudi, analista-chefe da corretora SLW. Trata-se de um objetivo tímido para quem trabalhava há até poucos meses com preços em torno dos US\$ 140 a tonelada.

Hoje em Dia

21-30/09/2014

Projetos de Big Data estão cada vez mais desafiadores

Por Carmen Nery | Para o Valor, do Rio

Com as redes sociais - a internet das pessoas - e o surgimento de um número cada vez maior de dispositivos conectados - a internet das coisas -, os projetos de Big Data estão ainda mais desafiadores. Segundo dados da Intel, haverá 50 bilhões de dispositivos conectados até o final da década, sendo 2 bilhões no Brasil. Os projetos de Big Data analisam gigantescos volumes de dados que trazem os chamados quatro "Vs" de variáveis a serem superadas: volume, variedade, velocidade e valor

Para analisar a massa de dados, novos conceitos estão surgindo, como análise de rede (para identificar conexões e poder de influência em comunidades), análise de tópicos (mineração de textos para saber o que está sendo falado) e análise de propensão e de sentimento (identificar a propensão de ocorrências e decisões). Todos intensivos em poder de processamento e armazenamento, que só a nuvem é capaz de dar conta.

"O volume é crescente porque a sociedade está digitalizada. E volume custa dinheiro, embora o custo do megabyte esteja caindo. Até pouco tempo, a ordem de grandeza era o terabyte, hoje temos isso em casa. Mas o volume leva as empresas a avaliar que não vale a pena investir em recursos próprios e tenham de ir para nuvem", analisa Cesar Taurion, especialista em Big Data e CEO da Litteris.

"É difícil ter uma boa infraestrutura de Big Data sem uma boa cloud suportando a possibilidade de aumentar e diminuir a carga. Quando o processamento termina, não é preciso pagar pelo pico. A cloud viabilizou o sonho do Big Data, que seria condenado ao fracasso se não existisse", diz Gil Torquato, presidente do UOLDiveo.

Carlos André Reis Pinheiro, pesquisador da Escola da Matemática Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e professor do departamento de ciência da decisão e gerenciamento da informação da Faculdade de Economia e Negócios da Bélgica, é especialista em análise de rede para aplicações comerciais de grande porte, explica que o método é muito utilizado por operadoras de telecomunicações para identificar comunidades e formadores de opinião. A partir da análise dos registros de chamadas, sms, mms, mensageria e e-mails são identificadas as relações e o poder de influência de cada cliente.

Para avaliar o volume de informações a ser examinado, uma operadora com 10 milhões de clientes precisa analisar cerca de 50 milhões de interações dos usuários com clientes de outras operadoras. É preciso analisar as distâncias que eles têm com esses relacionamentos para identificar o quanto é influente. "Se a comunidade tem dez pessoas precisa analisar 100 distâncias. Se tem milhões de clientes, são bilhões de opções. É um enorme esforço computacional", diz.

Pinheiro conta que as operadoras brasileiras estão começando agora a usar análise de rede social, que é diferente de mídia social, como Facebook e Twitter. O número de telefone do cliente é encriptado e levado para a nuvem identificar os relacionamentos na rede da operadora. É possível associar os relacionamentos a eventos de negócio. Por exemplo, se um cliente compra um serviço 3G e logo depois outros membros de sua comunidade compram o mesmo serviço, é possível identificá-lo como um influenciador e agir sobre ele com ofertas. "O método é viável tanto na nuvem pública quanto na privada", explica Pinheiro.

A E.life é uma empresa nacional especializada em inteligência de mercado e gestão de relacionamento, com operações em Portugal, Espanha, México e Austrália. Começou a trabalhar com massas de dados em 2004, quando surgiram as primeiras redes sociais, como o Orkut, e hoje acumula 1 bilhão de dados sobre 60 milhões de consumidores. Por isso, a empresa utiliza 110 servidores na nuvem.

"Somente na Copa, foram gerados 200 milhões de comentários no Twitter, sendo 50 milhões de posts de brasileiros. Até 2006, as redes sociais não tinham APIs (camada de software para conexão entre aplicativos), e era preciso pegar os dados manualmente.

Com as APIs, conectamos as redes sociais aos nossos softwares de monitoramento e passamos a usar a nuvem", conta Alessandro Lima, CEO da E.life. Os dados são analisados segundo o olhar dos clientes e o que querem identificar. Embora velhos, os dados nunca são descartados, são valiosos para identificar padrões de consumo.

22-30/09/2014

Vale: Diretoria propõe pagar US\$ 2,1 bi em dividendos em 2ª parcela

Por Natalia Viri | Valor

SÃO PAULO - A diretoria da Vale propôs o pagamento de US\$ 2,1 bilhões na segunda parcela de dividendos anuais referentes a 2014. O montante equivale a US\$ 0,407 por ação preferencial ou ordinária e está em linha com a proposta anual já apresentada no começo do ano.

O conselho avaliará a proposta em reunião no dia 16 e, se aprovada, o pagamento ocorrerá no dia 31. Os valores em reais serão obtidos mediante a conversão dos valores em dólares pela taxa de câmbio de venda do dólar Ptax do dia 15.

Se a proposta passar, terão direito a receber o dividendos os acionistas que tiverem papéis da companhia negociados na BM&FBovespa no dia 16. Para os detentores de recibos de ações negociados Nova York, na Euronext Paris ou em Hong Kong, a data de corte será o dia 21.

A primeira parcela de dividendos da Vale, paga no primeiro semestre, foi no mesmo valor, de US\$ 2,1 bilhões. Desde que a proposta original da diretoria para os dividendos no ano foram apresentadas, em janeiro, o preço do minério de ferro, principal produto exportado pela Vale, já caíram mais de 40%. Hoje, os preços da commodity foram cotados a US\$ 78 na China, no menor patamar desde setembro de 2009.

23-30/09/2014

Mineração ameaça símbolo boliviano

A prata da montanha conhecida como Cerro Rico, em Potosí, na Bolívia ajudou a financiar o império espanhol. Ela criou grandes fortunas para alguns, e miséria para muitos outros. Ela fomentou o crescimento inicial do capitalismo europeu, criando o cenário para a era moderna. Mas agora, após quase 500 anos de extração das suas riquezas, os mineradores que trabalham perto do pico já retiraram tanto do interior da montanha que ela está desmoronando. No cume da montanha histórica, com mais de 4.754 metros de altura, abriu-se uma cratera gigante. Em junho, a UNESCO alertou que a montanha, retratada no centro da bandeira boliviana, corria alto risco de colapso.

— Já que a estrutura interna da parte superior de Cerro Rico está severamente fragilizada devido à exploração contínua, existe alto risco de que os mineradores possam morrer com o desabamento dentro dos túneis — segundo a UNESCO

Em julho, o governo declarou que planejava fechar as minas localizadas acima de 4.400 metros, onde cerca de 1.500 mineradores trabalham sob condições que podem variar de precárias a brutais. Milhares de mineradores trabalham em minas bem mais profundas.

— É uma emergência, e temos de agir rapidamente — disse Marcelino Quispe, presidente da estatal Corporação Mineradora da Bolívia, conhecida como Comibol. Ele outorga concessões às empresas privadas, conhecidas como cooperativas, que trabalham na montanha, e contribuiu com a campanha fracassada para estabilizar e limitar a cratera no ano passado. Mas muitos mineradores não querem sair, alegando que o governo quer transferi-los para novas minas distantes, sem garantias de que serão tão lucrativas quanto as que estão deixando. Os mineradores desenvolveram fortes laços com as minas. Eles acreditam que cada uma delas tem um deus ou um espírito, chamado de Tío, que os protege.

Os mineradores fazem oferendas de cigarros e álcool, folhas de coca e outros itens ao Tío, normalmente representado por uma imagem de barro com aparência de um homem na mina. Um dia desses na Mina Milagro, que está entre as que o governo planeja fechar, os mineradores ignoraram avisos de que podiam estar em risco, dizendo que sua mina estava bem longe da área de desabamento no pico.

— O que nos preocupa é sair daqui, e ir para muito longe, deixando nossas famílias para trás — disse Gregorio Alave, de 45 anos. — Teremos de brigar com o governo para conseguir uma mina boa —

Alave detém participações na cooperativa, que é dona da concessão de mineração, porém, ele emprega um homem mais jovem para fazer boa parte do trabalho mais pesado. Seu médico recentemente lhe disse que ele sofria de silicose avançada, doença pulmonar incurável, comum aos mineradores que respiram o pó das rochas, e que ele deveria parar de trabalhar no subterrâneo. Mas ele disse que precisava continuar trabalhando para sustentar a família, apesar da tosse violenta que desenvolveu. Dentro da mina, iluminada somente pela luz nos capacetes dos mineradores, o cheiro de dinamite pairava no ar frio.

Os mineradores usavam pás para despejar as rochas nos carrinhos que serão levados à superfície por túneis estreitos, onde às vezes é preciso se agachar para passar por trechos de apenas 1.4 metro de altura. Lá no fundo, em uma pedra, estava o Tío, com uma pequena garrafa de álcool e uma pilha de folhas de coca, como as que muitos mineradores mascam para aguentar o dia de trabalho árduo na altitude elevada. Em toda a mina havia bandeiras e fitas de papel com cores vivas, sobras de um festival recente que os mineradores chamam de aniversário do Tío. O colapso no topo da montanha começou em 2010. Gradualmente, a cratera foi ficando maior, parecendo-se como uma mordida no que era o pico triangular de Cerro Rico. Isso gerou um alerta entre os potosinos que se preocupam com os danos ao símbolo da cidade.

— É como a Estátua da Liberdade para você. Todos reconhece Potosí pela sua montanha — declarou Joel Vera, de 40 anos, técnico de informática. Cerro Rico está intimamente ligado à história de Potosí e da Bolívia. Muitos bolivianos enxergam como um poderoso símbolo nacional. Os historiadores afirmam que os grupos indígenas como os Incas exploravam-na em busca de prata, mas a mineração intensa começou em 1545 após a conquista espanhola. Potosí, que hoje é Patrimônio Mundial, é considerada um dos mais ricos depósitos de prata já explorados. Em combinação com a prata de outras minas nas Américas, a cidade ajudou a mudar a economia mundial, aumentando

exponencialmente a quantidade do metal em circulação no mundo inteiro e criando as condições para uma economia europeia baseada na moeda.

— Potosí foi a primeira cidade do capitalismo, pois fornecia o ingrediente principal do capitalismo: o dinheiro — afirma o historiador Jack Weatherford.

Com sua altitude elevada (a cidade fica cerca de 4.070 metros acima do nível do mar), ela se tornou uma das maiores e mais ricas cidades do mundo nos séculos 16 e 17. O centro da cidade ainda é cheio de prédios coloniais, tal como a casa da moeda, onde os espanhóis produziam barras e moedas de prata. Essencialmente, ela é uma cidade de mineração. As mercearias dos bairros vendem capacetes, pás e dinamite, juntamente com refrigerante e sabão. Em um estabelecimento, uma vitrine no balcão exibia uma grande pilha de dezenas de bananas de dinamite. Para cada rico, a montanha criou mais cem miseráveis. Os espanhóis utilizavam indígenas, ou escravos trazidos da África para trabalharem sob condições brutais nas minas. O número de mortos era alto. No entanto, pode ser a história recente da montanha que a amaldiçoou. Durante muitos anos, a Comibol explorou a montanha. Porém, os preços da prata caíram nos anos 80 e a Comibol se retirou, entregando a montanha às pequenas cooperativas de mineração privadas.

Apesar do nome, as cooperativas quase sempre pertencem ou são controladas por famílias ou pequenos grupos, e a maioria dos mineradores que trabalha em Cerro Rico é de empregados, sem participação nas empresas. Quase sempre os trabalhadores são adolescentes. O gabinete nacional da ouvidoria disse em um relatório recente que tinha identificado 145 crianças trabalhando nas minas em Cerro Rico, a maioria delas com idades entre 15 a 17 anos.

As cooperativas de mineração de Potosí e de toda a Bolívia têm um tremendo poder político e tendem a operar com pouca fiscalização. O resultado, afirmam os críticos, tem sido as condições em deterioração em Cerro Rico, para os mineradores e para a montanha. René Vacaflores, de 66 anos, engenheiro de mineração que trabalha em Cerro Rico há décadas, chamou a montanha de um formigueiro, dizendo que ela está cheia de túneis que se cruzam, chamados de chaminés, cujo número aumentou sob o controle das cooperativas, com pouca ou nenhuma fiscalização regulatória. Ele contou que as empresas de mineração não tinham mais mapas precisos dos túneis e que, em algumas minas, as medidas básicas de segurança eram crassas ou inexistentes. Afirmou também que, em algumas minas, os trabalhadores eram baixados com cordas nos poços verticais.

— É um inferno — desabafou Vacaflores. Ele contou que o colapso no topo devia-se em parte aos mineradores que tiravam pedras de lá para tapar poços verticais.

— Se o governo tivesse administrado a montanha racionalmente, com técnicos, isso não teria acontecido. As pessoas enriqueceram. O que acontece aqui é pilhagem — declarou.

Fonte: zh.clicrbs

24-01/10/2014

Anglo American obtém licença de operação de projeto

Por Mariana Durão | Estadão Conteúdo

A Anglo American obteve na segunda-feira, 29, a Licença de Operação (LO) da mina e da planta de beneficiamento do Projeto Minas-Rio. A licença foi concedida pelo Conselho de Política Ambiental (Copam) - Unidade Regional Colegiada (URC) Jequitinhonha, em Diamantina (MG), formado por representantes da sociedade civil, Poder Público e Ministério Público.

No dia 23, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) já havia concedido licença de operação para o mineroduto do projeto, que está em fase final de comissionamento. Maior do tipo no mundo, o mineroduto atravessa 32 municípios mineiros e fluminenses. Por meio dele, o minério, em forma de polpa, será levado da mina de Conceição da Mato Dentro (MG) ao terminal de minério de ferro do Porto do Açu, no norte fluminense, no qual a Anglo é parceira da Prumo (ex-LLX). A mineradora aguarda agora a licença definitiva de operação da linha de transmissão de energia elétrica de 230 kV da unidade de beneficiamento.

Maior investimento global da Anglo American - com orçamento de US\$ 8,8 bilhões -, o Minas-Rio deverá adicionar de US\$ 1 bilhão a US\$ 1,5 bilhão ao caixa anual do grupo quando atingir a capacidade plena de produção, de 26,5 milhões de toneladas anuais de minério de ferro, a partir de 2016. A previsão foi feita em junho pelo presidente da Unidade de Negócio Minério de Ferro Brasil da Anglo American, Paulo Castellari, em entrevista ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado. Desde lá, entretanto, o preço do minério entrou em queda livre e caiu abaixo de US\$ 80 por tonelada. Na época, o executivo classificou esse cenário como catastrófico, mas afirmou que ainda que fosse atingido a companhia conseguiria remunerar seu capital por produzir com baixo custo no empreendimento.

O primeiro embarque do Minas-Rio é esperado para o fim de 2014. "A obtenção da licença de operação da mina e da planta de beneficiamento representa mais um marco fundamental para a conclusão do Projeto Minas-Rio. Continuamos confiantes com o cronograma previsto para a realização do primeiro embarque de minério de ferro no final de 2014", disse em nota o diretor de RH, Assuntos Corporativos, Segurança e Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Negócio Minério de Ferro Brasil da Anglo American, Pedro Borrego.

25-01/10/2014

“Só louco investe no Brasil”

O presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e presidente em exercício da federação da indústria (Fiesp) Benjamin Steinbruch, amenizou o tom de suas críticas recentes em relação ao governo e disse nesta segunda-feira, em entrevista a jornalistas, que as conversas com o governo têm evoluído de forma positiva. “A indústria precisa de apoio, e o governo tem nos dado”, disse o empresário, num tom exatamente oposto ao que adotou um mês atrás, ao criticar a política econômica do governo e dizer que “só louco investe no Brasil”.

Segundo Steinbruch, as medidas para incentivar as exportações poderão ajudar a indústria a ganhar agilidade, de forma a conquistar mais espaço no cenário externo. “Buscamos uma solução para amenizar o problema da indústria no Brasil para ganharmos mais competitividade”, disse Steinbruch. Ele completou dizendo que as medidas são ainda mais importantes neste momento em que o real está valorizado em relação ao dólar, fato que tem prejudicado a competitividade das companhias ao colocar produtos no exterior.

Nesta segunda o governo federal anunciou a antecipação da entrada em vigor da alíquota de 3% do Reintegra, programa de créditos sobre exportações para empresas de manufaturados. O benefício fiscal passará a valer a partir de outubro deste ano, conforme anunciado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. A alíquota atual do Reintegra é de 0,3% e, inicialmente, a de 3% deveria valer apenas a partir do começo de 2015.

Segundo ele, a indústria brasileira tem sofrido diante do fraco desempenho da economia, que diminuiu a demanda no mercado interno. O empresário disse que a indústria tem tentado se apoiar nas exportações para conseguir diminuir os estoques que têm se acumulado ao longo dos últimos meses. “Estamos tendo um problema maior com o desaquecimento da economia e o governo está fazendo o possível para fazer o mercado interno voltar à normalidade, para assim a indústria poder voltar a andar a plena capacidade”, disse. O presidente da Fiesp acredita que o mercado doméstico vai se fortalecer “certamente” no próximo ano e “quem sabe” ainda neste ano.

Mudança – O tom adotado na coletiva de imprensa contradiz o que Steinbruch disse em outras ocasiões, como a declaração de que “só louco investe no Brasil”, ao falar que o custo Brasil não permite competir. “Medidas paliativas não adiantam. Eu só acredito em uma solução se houver algo muito diferente para solucionar nossos problemas”, disse, destacando a taxa elevada de juros no Brasil.

Fonte: Veja

26-01/10/2014

RECORDE SEM ACIDENTES DA ARCELORMITTAL BRASIL

Neste mês de setembro, a ArcelorMittal Mineração Brasil celebrou a conquista de um recorde dentre as suas 18 operações mineradoras globais. A empresa completou a marca de 22 anos de trabalhos sem acidentes com afastamento (acidentes CPT, com perda de tempo) na Mina do Andrade, localizada em Bela Vista de Minas (MG).

A companhia atribui tal resultado à contínua capacitação e conscientização de seus funcionários, além dos investimentos financeiros e do comprometimento geral. A Mina do Andrade abastece a usina da ArcelorMittal Monlevade desde 1936, além de realizar vendas de minério de ferro para os mercados doméstico e externo. A perspectiva é que, em 2014, sejam produzidas 2,6 Mt (milhões de toneladas) de minério de ferro.

Fonte: In the mine

27-01/10/2014

CABRAL IDENTIFICA 3,9 MT DE MINÉRIO GRANULADO EM NOVO ALVO NA BAHIA

A Cabral Resources disse ontem (30) que a estimativa inicial de recursos de hematita pronta pra entrega (DSO, na sigla em inglês) do alvo Madeira Seca apontou recursos minerais inferidos de 3,88 milhões de toneladas de minério granulado, com teor médio de 60% de ferro, incluindo 2,15 milhões de toneladas com teor de 63%. Madeira Seca faz parte do projeto de minério de ferro Sincorá, na Bahia.

A estimativa de recursos da Cabral, desenvolvida pelo laboratório canadense Snowden Mining Industry Consultants, utilizou uma estimativa global de recursos inferidos de 6,15 milhões de toneladas. No total, considerando lump mais finos de minério de ferro, os recursos minerais inferidos de Madeira Seca são de 4,63 milhões de toneladas, com teor médio de 58% de ferro.

De acordo com a Cabral, a estimativa inicial de recursos minerais cobriu 1,75 quilômetro quadrado de uma área total de 67 quilômetros quadrados, confirmando volumes consideráveis de hematita DSO de alto teor próxima à superfície.

A mineradora afirmou que a estimativa de recursos desenvolvida pela Snowden coincide com os resultados de ensaios e testes anteriores. Segundo a Cabral, a primeira produção está prevista para o primeiro semestre de 2016 e será voltada para exportações internacionais, utilizando a infraestrutura operacional já existente na região.

De acordo com o chefe de Exploração da Cabral, Paulo Ribeiro, o resultado é um marco para a empresa e serve de base para a mineradora aumentar seu estoque de recursos. “Não temos dúvidas de que esses recursos iniciais são apenas o começo do que está por vir. Dentro da vasta área do projeto Sincorá vemos cada vez mais provas da mineralização de hematita e goethita de alto teor próxima da superfície”, afirmou Ribeiro.

Segundo ele, o potencial para camadas de hematita em profundidade, apontado em um estudo recente da Universidade Federal da Bahia (UFBA), também tem motivado a equipe de exploração e pode acrescentar tonelagem ao projeto.

A Cabral afirmou que os estudos necessários para obter as licenças ambientais e a Guia de Utilização (GU) estão em andamento e serão apresentados no próximo trimestre. Segundo a mineradora, por meio da GU será possível comercializar, no curto prazo, até 300 mil toneladas de minério de ferro com baixo custo de capital, permitindo também testar as especificações do produto e financiar os programas de exploração com os fluxos de caixa gerados pela produção inicial.

De acordo com o CEO da Cabral, Michael Bogue, a empresa está voltada agora para o processo de licenciamento e para obter a GU e todas as outras aprovações necessárias. Nos próximos meses, o objetivo da Cabral é garantir formalmente o acesso à Ferrovia Centro Atlântica (FCA) e ao Porto de Aratu.

"As discussões e negociações continuam em curso com uma variedade de partes interessadas em na rápida transição da Cabral de exploradora para produtora de minério de ferro. A alta qualidade da estimativa de recursos no alvo Madeira Seca, junto as soluções simples e diretas de mineração e transporte impulsiona a busca por financiamentos e agrega maior valor aos nossos acionistas", afirmou Bogue.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

28-01/10/2014

Acionistas discutem cisão da Usiminas

Por **Talita Moreira e Ivo Ribeiro | De São Paulo**

A disputa entre os dois principais acionistas da Usiminas aprofundou-se de tal maneira nos últimos dias que colocou em pauta uma quase improvável cisão dos ativos da siderúrgica entre a Ternium, subsidiária do grupo ítalo-argentino Techint, e a japonesa Nippon Steel & Sumitomo. O **Valor** apurou que um plano para dividir a companhia é uma das possibilidades em estudo para resolver o conflito, já que o convívio entre os sócios se tornou insustentável.

De acordo com essa proposta, os argentinos ficariam com os ativos da Usiminas em Cubatão (SP) e os japoneses concentrariam sua participação na unidade de Ipatinga (MG), com a qual têm laços históricos, desde a fundação em 1956. Uma fonte que acompanha o assunto lembra que a Nippon nunca foi grande entusiasta da compra da antiga Cosipa, mas foi convencida da importância do ativo por Rinaldo Soares, presidente da Usiminas na época. Por isso, faria mais sentido para os japoneses ficar com os ativos mineiros numa eventual divisão.

Levar adiante um plano como esse, no entanto, seria altamente complexo. O conjunto de ativos da Usiminas não se restringe à usina de Ipatinga, que faz produtos de maior valor agregado, como chapas para carrocerias de automóveis, e à de Cubatão, que tem a parte siderúrgica mais defasada. Somente no ano passado, ganhou um laminador de última geração, fornecido pela japonesa Mitsubishi. Ou seja, as duas usinas não são espelho uma da outra.

Seria necessário também chegar a um acordo sobre outros negócios da companhia, como a Usiminas Mecânica, de bens de capital, ativo que os argentinos gostariam de incorporar à sua controlada TenarisConfab. Porém, a Usiminas Mecânica fica no quintal da usina de aço de Ipatinga. Outro ativo considerado estratégico é a Soluções Usiminas - cerca de dez unidades de distribuição e centros de serviços de aço espalhadas pelo país que inclui até fabricação de tubos de pequeno diâmetro. A siderúrgica é também dona da Mineração Usiminas, de minério de ferro, em parceria com a Sumitomo Corporation, que tem 30%.

Outra dificuldade reside no fato de a siderúrgica ter o capital listado em bolsa. Seria necessário definir o caminho a ser percorrido - uma cisão seguida da criação de ações das duas empresas resultantes; um fechamento de capital e depois uma cisão, entre outras possibilidades. Nenhuma delas seria fácil e rápida.

Um terceiro aspecto é a perda de relevância que uma divisão da empresa implicaria. Fatiar a Usiminas criaria duas siderúrgicas de menor escala, num mercado em que ter tamanho é fundamental. Num momento em que o setor enfrenta um excesso de oferta, também não é muito provável que os ativos atrairiam o interesse de outros competidores.

Devido a disso, fontes que acompanham o assunto consideram que a divisão não é, por hora, a solução mais provável para o conflito. "Mas ilustra bem a que ponto as coisas chegaram. Parece briga de casal", diz um interlocutor.

Na segunda-feira, a Justiça em Minas Gerais negou pedido da Ternium para tornar sem efeito as decisões tomadas em reunião do conselho que resultaram no afastamento do presidente da Usiminas, Julián Eguren, e de dois vice-presidentes. A remoção dos executivos teve votos favoráveis da Nippon e de dois minoritários. O caso trouxe à tona uma grave crise na governança da siderúrgica.

Fontes que conhecem a empresa apontam o acordo de acionistas firmado entre a Ternium e os japoneses como o cerne de boa parte dos problemas. O contrato é vago no que diz respeito aos procedimentos para solução de conflitos e à forma como se indica a diretoria da siderúrgica. Os executivos são nomeados por consenso, mas não fica claro como agir quando há discordância.

Ontem, em relatório, o banco Santander informa que reduziu a recomendação para as ações de Usiminas de compra para abaixo do mercado (o equivalente a venda) e cortou o preço-alvo do papel PNA de R\$ 11 para R\$ 6,00 ao fim de 2015. De acordo com os analistas Felipe Reis e Renato Maruichi, "a demissão abrupta do CEO Julián Eguren e de dois vice-presidentes levou a incertezas em nossa tese de investimento". Para eles, as ações da siderúrgica permanecerão sob pressão até que se tenha informações e detalhes sobre a estratégia futura da Usiminas e "no que se refere a resoluções mais claras em relação à disputa entre os acionistas controladores (Ternium e Grupo Nippon)".

A percepção dos analistas é a de que uma resolução definitiva para o conflito não deve ocorrer no curto prazo, uma vez que a Ternium já anunciou adoção de medidas legais contra sua sócia japonesa. **(Colaborou Stella Fontes)**

29-01/10/2014

Queda no preço do minério afeta resultado de Vale e CSN

Por **Olívia Alonso** | De São Paulo

A mineradora brasileira Vale e a siderúrgica CSN, grandes exportadoras de minério de ferro, terão seus balanços do terceiro trimestre impactados pela forte queda do preço da commodity. Na comparação com o período de julho a setembro do ano passado, a desvalorização está em torno de 32%, passando de US\$ 133 por tonelada para US\$ 91, considerando o preço médio do minério com teor de 62% de ferro, que é o mais usado como referência no mercado.

Em relação ao segundo trimestre deste ano, a queda é de 12%, já que de abril a junho a cotação média da commodity foi US\$ 103 por tonelada. Neste ano, a cotação média está em US\$ 105 por tonelada, 23% abaixo dos US\$ 135 por tonelada na média de 2013.

Apesar de as companhias brasileiras trabalharem com minério de ferro de qualidades melhores, suas receitas e lucros refletem o momento mais negativo do mercado global da matéria-prima do aço. Analistas estimam que para cada 1 ponto percentual a mais de qualidade, as companhias cobram em torno de US\$ 1,60 por tonelada.

Nas contas do Citi, a Vale venderá 312 milhões de toneladas de minério de ferro em 2014 e, no terceiro trimestre deste ano, terá uma receita líquida total de US\$ 9,6 bilhões, considerando também outros negócios, como de metais não ferrosos. O valor é 25% menor do que no mesmo período do ano passado (US\$ 12,9 bilhões). Para o Ebitda, a projeção é de queda de 41% e, para o lucro, de 59%.

Nas contas de um analista que preferiu não ser identificado, a cada 10% de queda da cotação do minério de ferro, o lucro líquido anual da Vale sofre um impacto de 31%. No período de julho a setembro, isso pode significar uma queda de aproximadamente R\$ 800 milhões no lucro da companhia, ou 23% abaixo dos R\$ 3,5 bilhões do terceiro trimestre de 2013.

No caso da CSN, considerando neste um preço realizado de minério de ferro 36% inferior ao do ano passado, o BTG calculou em agosto que a companhia pode ter uma receita líquida de R\$ 17,28 bilhões em 2014. O valor é 0,2% inferior ao do ano passado, com aumento do preço do aço e de volumes de minério ajudando a compensar a queda da cotação da matéria-prima.

No ano passado, com cerca de 25,7 milhões de toneladas de minério de ferro comercializadas, a receita do negócio de mineração representou 27% do total do faturamento da CSN. Para consumo próprio, produziu e consumiu 5,7 milhões de toneladas. Neste ano, a companhia poderá totalizar 31 milhões de toneladas em vendas.

Mesmo com o minério mais barato, o Citi considera que a Vale "pode confortavelmente" lidar com o preço do minério no patamar atual ou até inferior. Ontem, o minério fechou a US\$ 77,50, o mais baixo desde 11 de setembro de 2009. Analistas acreditam que esta é a nova realidade dos preços do minério.

A cotação da matéria-prima do aço vem sendo fortemente pressionada não apenas por fatores conjunturais, mas também estruturais. A principal razão para a desvalorização de cerca de 11% em setembro e de 41% no ano é o aumento da oferta global, principalmente das quatro maiores mineradoras do mundo: a própria Vale e as australianas Rio Tinto, BHP Billiton e Fortescue Metals. Com baixos custos de produção, já que possuem grandes escalas e bons teores de concentração de ferro no minério, essas empresas estão contribuindo para levar o preço médio da commodity para um patamar mais baixo em relação ao registrado nos últimos anos.

Analistas estimam um custo médio de US\$ 28 por tonelada para a Vale no ano que vem, de US\$ 34 para a Rio Tinto, de US\$ 36 para a BHP Billiton e de US\$ 47 para a Fortescue Metals.

Considerando também outros projetos, o mercado espera um adicional de cerca de 180 milhões de toneladas neste ano, de 150 milhões de toneladas no ano que vem e de 120 milhões de toneladas em 2016.

O que pode minimizar a queda do preço da commodity é o fim de operações de companhias com custos de produção mais altos. Um terço da capacidade de produção de minério de ferro da China, por exemplo, fica inviável com o preço em um patamar de US\$ 80 por tonelada, afirma o Citi em relatório. A China produziu, no ano passado, aproximadamente 360 milhões de toneladas de minério com teor de 62% de ferro. Para este ano, a previsão do banco é de uma produção de 320 milhões de toneladas.

Os analistas estimam que novos cortes de produção serão verificados no ano que vem. Esses cortes podem totalizar mais 50 milhões de toneladas.

Nas últimas semanas, diversos analistas reduziram suas projeções para o preço do minério de ferro e também para as ações da Vale. O Citi cortou a recomendação dos papéis da Vale negociados nos Estados Unidos (ADRs) para "neutra", baixando o preço-alvo de US\$ 15 para US\$ 12,50 - o que significa um potencial de valorização de 12% em relação aos atuais US\$ 11,20. Mas os analistas apontam a volatilidade do preço do minério como um fator de alta para as ações, dada a possibilidade de uma recuperação sazonal nos preços neste trimestre.

O Brasil Plural reduziu sua projeção para o preço do minério de ferro, entre 2015 e 2017, para uma faixa de US\$ 80 por tonelada a US\$ 90 por tonelada. Antes, o banco estimava uma cotação variando de US\$ 90 por tonelada a US\$ 100 por tonelada. Para o longo prazo, a previsão dos analistas do Brasil Plural passou para US\$ 90 por tonelada, inferior aos US\$ 95 por tonelada calculados anteriormente.

Considerando um novo patamar de preço do minério de ferro e riscos macroeconômicos, os analistas do Brasil Plural reduziram em 9% o preço-alvo para as ações da Vale, para R\$ 36,50, o que significa um potencial de valorização de 34% em relação aos atuais R\$ 27,20.

O Credit Suisse também cortou o preço-alvo (ADRs) da Vale de US\$ 15 para US\$ 12,50. A recomendação permaneceu neutra. A instituição explica que, em meio às preocupações dos investidores sobre os preços mais baixos das commodities, resolveu reavaliar a geração de fluxo de caixa da empresa em uma ampla gama de cenários, incluindo um teste de estresse sobre os preços do minério de ferro.

30-01/10/2014

Cenário coloca em xeque política de dividendos da mineradora

Por **Alessandra Saraiva, Francisco Góes e Daniela Meibak | Do Rio e de São Paulo**

A Vale tem um cenário de pagamento de dividendos desafiador para 2015 e para os próximos anos, caso o minério de ferro se mantenha, em um horizonte de longo prazo, no atual patamar de preços. Essa é a avaliação de analistas ouvidos pelo **Valor** a partir da confirmação feita pela mineradora, na segunda-feira, do pagamento de US\$ 2,1 bilhões em dividendos, a ser efetuado em 31 de outubro. No entanto, embora tenham classificado a distribuição para este ano como "dentro do esperado", há dúvidas entre os analistas se a Vale vai se manter, a médio e longo prazos, como uma companhia que oferece dividendos adicionais a cada ano.

Em relatório, o BTG Pactual afirmou que o anúncio feito na segunda-feira era esperado uma vez que a Vale tinha delineado pagamento de US\$ 4,2 bilhões em dividendos para 2014. No entanto, a grande questão, para o banco, são os dividendos para 2015. Isso porque, com o atual baixo patamar de preços do minério de ferro, a Vale ainda terá de lidar com um fluxo de caixa pouco flexível para o ano que vem. Uma das grandes apostas da companhia, o projeto S11D, na Serra Sul de Carajás (PA), só deve entrar em operação a partir do segundo semestre de 2016.

Pedro Galdi, da SLW Corretora, disse que o anúncio dos dividendos foi dentro do esperado. "Não é habitual a Vale divulgar que vai distribuir dividendos e depois voltar atrás", afirmou. Mas, assim como o BTG Pactual, a dúvida é em relação ao pagamento de dividendos adicionais e aos dividendos dos próximos anos. "Diferentemente de outros anos, não acho certo agora dizer se a Vale vai pagar dividendos adicionais daqui por diante", afirmou.

Em comunicado, a Vale informou que a diretoria-executiva aprovou e vai submeter ao conselho de administração da companhia proposta de pagamento da segunda parcela de remuneração mínima aos acionistas em 2014, no montante de US\$ 2,1 bilhões, conforme anunciado ao mercado em 30 de janeiro de 2014. Caso a proposta seja aprovada pelo conselho, computando-se a primeira parcela da remuneração mínima

paga a partir do dia 30 de abril, a Vale terá distribuído a seus acionistas US\$ 4,2 bilhões em 2014.

A Vale paga o mesmo valor para as ações ordinárias e preferenciais, conforme o estatuto social da companhia. De acordo com esse estatuto e com a lei vigente no Brasil, a empresa é obrigada a distribuir anualmente aos seus acionistas pelo menos 25% do lucro líquido na forma de dividendos, a menos que o conselho de administração informe durante a assembleia de acionistas que a distribuição não é aconselhável tendo em vista a situação financeira da empresa. Por lei, a Vale é obrigada a realizar a assembleia anual de acionistas até 30 de abril de cada ano na qual o dividendo anual é declarado.

A prática da Vale tem sido de pagar fortes dividendos, nos últimos anos, com base na geração de caixa, mesmo em períodos de alto investimento. Em 2013, o pagamento de dividendos foi de US\$ 4,5 bilhões, abaixo dos US\$ 6 bilhões de 2012, e também do recorde de US\$ 9 bilhões de 2011. Apesar das dúvidas do mercado quanto ao pagamento de dividendos a partir de 2015, a Vale tem sido muito clara em dizer que pode ter flexibilidade adicional para pagar dividendos extras na medida em que se torna mais eficiente para investir, e reduzir custos de alavancagem.

Mas houve também quem considerou que a distribuição de dividendos de US\$ 2,1 bilhões anunciada pela Vale, na segunda, pode ter surpreendido positivamente os investidores, dada a deterioração dos preços do minério de ferro. Foi o caso do Goldman Sachs. Segundo o banco, se o preço da commodity se estabilizar nos níveis atuais, o dividendo adicional esperado pode não se materializar. O modelo da casa de análise estima US\$ 3 bilhões de dividendos para o segundo semestre, montante que poderia ser entregue sem aumento da dívida líquida, considerando a previsão de preço do minério de US\$ 92 por tonelada.

As despesas da empresa com impostos devem ser limitadas no período, dado o crédito que a mineradora possui com o Refis, segundo o Goldman. Além disso, no terceiro trimestre, a companhia vai receber US\$ 900 milhões pela venda de fatia da VLI Logística. "A gestão da Vale esteve focada em devolver valor aos acionistas e em manter pelo menos estável a distribuição de dividendos. A empresa já afirmou também que não aumentará a sua dívida para distribuir proventos. Com base nisso, achamos difícil manter a distribuição de US\$ 4,2 bilhões em 2015, assumindo nossa previsão de Ebitda de US\$ 14 bilhões, com o minério de ferro a US\$ 80 a tonelada e US\$ 11,7 bilhões de investimentos", diz o Goldman Sachs.

Os analistas do banco estimam a distribuição de US\$ 3 bilhões, mas elevaram a estimativa de dívida líquida de US\$ 24 bilhões para US\$ 27,9 bilhões. Na visão do Goldman, a venda de ativos e o investimento menor poderiam permitir a distribuição de US\$ 3 bilhões em 2015 e manter a dívida estável.

31-01/10/2014

AÇO

Produção de laminados cai 1% até junho

Segundo dados da Associação Latino-Americana de Aço (Alacero), a produção de aço bruto (32,2 milhões t) e consumo aparente de laminados (34,2 milhões t) se mantiveram estáveis no primeiro semestre de 2014 em relação ao mesmo período do ano passado. Já a produção de laminados (27,7 milhões t) caiu 1% no período. No que se refere ao consumo aparente de laminados no primeiro semestre, os únicos países da América Latina e Caribe que mostraram crescimento foram México (11%), Colômbia (15%) e Argentina (5%). Por outro lado, Venezuela, equador e Chile registraram queda. A balança comercial de laminados da região contabilizou déficit de 7 milhões t, 11% a mais que o primeiro semestre de 2013 (6,4 milhões t). Todos os países registraram déficit no semestre, sendo o México o maior, com 2,3 milhões t, Colômbia, com 1,1 milhão t, Peru, com 780 mil t e Chile, 743,3 mil t. Dos 32,2 milhões t de aço bruto produzidos no semestre, o Brasil respondeu por 16,7 milhões t, o que corresponde a 52% do total. Os países com as maiores taxas de crescimento na produção de aço bruto até junho foram Argentina (12%), México (6%) e Peru (4%). Venezuela, Chile e Colômbia caíram 42%, 18% e 2%, respectivamente. Na produção de laminados, o Brasil respondeu por 12,5 milhões t ou 45% do total, seguido pelo México, com produção de 8,1 milhões t e 31% de participação no mercado da região. Já a produção de aço bruto em julho alcançou 5,6 milhões t, 2% a menos que no mesmo mês de 2013, enquanto a produção de laminados ficou em 4,5 milhões t, retração de 5%. No acumulado até julho, a produção de aço bruto soma 37,8 milhões t, volume similar ao mesmo período de 2013. A produção de laminados alcançou 32,2 milhões t, 2% abaixo dos sete primeiros meses de 2013.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 672

32-01/10/2014

JUSTIÇA

AGU bloqueia bens de pedreira por exploração ilegal

A Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu, na Justiça, a indisponibilidade de bens da empresa Pedreira São José, de João Pessoa (PB). A medida visou assegurar o ressarcimento de quase R\$ 13,5 milhões cobrados pela União devido à extração de pedra calcária sem autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A Procuradoria da União no Estado da Paraíba (PU/PB) sustentou que a mineradora explorou, sem concessão ou autorização, economicamente recursos minerais, extraindo de maneira clandestina e ilegal o patrimônio mineral federal, implicando na usurpação e na lesão dos bens públicos, bem como no enriquecimento ilícito. Na ação, a unidade da AGU busca a condenação da empresa ao pagamento correspondente aos recursos minerais extraídos, e como forma de impedir que a empresa se desfaça das propriedades e valores para evitar o pagamento exigido pela União, solicitou o bloqueio de contas bancárias e bens da empresa no valor do ressarcimento pleiteado. De acordo com os relatórios do DNPM, os procuradores informam que a empresa realizou extração mineral em áreas dos bairros do Baixo Róger e de Mandacaru, ambos em João Pessoa, no local conhecido como "Pedreira do Galego" ou "Pedreira São José". Segundo a unidade da AGU, a exploração sem autorização causou prejuízos à União, detentora dos recursos minerais, inclusive aqueles localizados

no subsolo, como determina o artigo 20 da Constituição Federal. A 1ª Vara Federal da Seção Judiciária da Paraíba acolheu os argumentos da procuradoria da AGU no estado e determinou o bloqueio das contas bancárias, imóveis e veículos cadastrados em nome da empresa.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 672

33-01/10/2014

SIDERURGIA

Nippon e Ternium disputam gestão da Usiminas

A Justiça de Minas Gerais negou pedido de liminar da Ternium, subsidiária do grupo ítalo-americano Techint, para reverter a decisão de destituição dos principais executivos da Usiminas. Esta já é considerada a maior disputa societária do ano e vai ser decidida na Justiça, uma vez que parece não haver a menor chance de acordo entre Ternium e Nippon Steel. No dia 25 de setembro, o Presidente Executivo da Usiminas, Julián Eguren, e os diretores Paolo Bassetti e Marcelo Chara, foram destituídos. Todos eram nomes de confiança da Ternium. Para o lugar - temporário - de Eguren foi designado Rômel Erwin de Souza, Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade da Usiminas, ligado à Nippon. A Ternium vai recorrer da decisão. Na Usiminas, a Nippon detém 29,45% do capital, sendo o principal acionista. O T/T (Ternium, Siderar e Tenaris/Confab) tem 27,66% e a Previdência Usiminas, 6,75%. No final de 2011, a Ternium entrou para o grupo de controle da Usiminas com investimento de R\$ 5,1 bilhões da Techint. Nippon e Ternium detêm três cadeiras cada na cúpula da siderúrgica. Previdência, empregados e minoritários contam com apenas uma cadeira.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 672

34-02/10/2014

Crusader reforça a equipe de gestão

A Crusader Resources (ASX:CAS) nomeou o antigo executivo sênior da Vale, Júlio Ferreira, com mais de 35 anos de experiência na indústria da mineração brasileira, para a sua equipe de gestão de projetos no Brasil.

Fonte: Infomine

35-02/10/2014

Unidade da Glencore suspende projetos de cobre na Zâmbia por disputa tributária

Reuters

LUSAKA (Reuters) - A Mopani Copper Mines, subsidiária da Glencore, suspendeu parte de seus planejados projetos de 800 milhões de dólares de mineração de cobre na Zâmbia após o governo reter 200 milhões de dólares em restituições tributárias, disse a companhia nesta quarta-feira.

O segundo maior produtor de cobre da África está retendo um total de 600 milhões de dólares de reembolsos de imposto sobre valor agregado devido a empresas mineradoras e devolverá o dinheiro somente quando as companhias apresentarem certificados de importações dos países de destino, disse o ministro das Minas em junho.

"Gostaria de expressar minha consternação e angústia de que a contínua retenção de nossos reembolsos no valor de 200 milhões de dólares pode nos forçar a frear o progresso destes projetos", disse o presidente-executivo da Mopani, Danny Callow, em comunicado.

"Devo mencionar que alguns destes projetos foram suspensos deste então devido a limitações financeiras, e que estes projetos suspensos terão um grande impacto futuro em nossa meta de aumentar a produção de cobre em mais de 50 por cento", acrescentou ele.

Callow disse que é possível que haja o corte de 20 mil funcionários, caso a companhia não consiga atingir suas metas de crescimento.

(Por Chris Mfula)

36-02/10/2014

RESERVAS MINERAIS ABPM poderá qualificar profissionais

A Associação Brasileira de Pesquisa Mineral (ABPM) está discutindo a possibilidade de sua atuação como entidade responsável pela qualificação de profissionais (Qualified Person) para atuar na certificação de reservas minerais. Para tal, seriam criados comitês de ética e de validação de reservas, além de reunir estudos já realizados pela Adimb e outras entidades para subsidiar a estruturação de algo semelhante à JORC (mecanismo de certificação de reservas da Austrália). De acordo com a ABPM, "tal regulamentação é fundamental para o estabelecimento de mecanismos de financiamento e incentivos à pesquisa mineral". A entidade também elegeu recentemente sua nova diretoria-executiva para o biênio 2014-2016, que tem como presidente o geólogo Elmer Prata Salomão e como diretores Antonio Juarez Milmann Martins, Douglas Arantes, Luiz Antonio Vessani e Luís Maurício F. Azevedo. O Conselho Diretor é formado por Felipe Holz hacker Alves, Luiz Antonio Vessani, Luís Maurício F. Azevedo, Paulo Pereira e Persio Mandetta, enquanto o Conselho Consultivo tem como membros Carlos

Fernandes, Francisco Alves, Gilberto Calaes, Luciano Borges e Sergio Jacques de Moraes.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 672

37-02/10/2014

LOGÍSTICA

Vale e China Merchants assinam contrato de 25 anos

A Vale e a China Merchants Group firmaram acordo de cooperação estratégica em relação ao transporte marítimo de minério de ferro. As duas empresas concordaram em assinar um contrato de afretamento por um período de 25 anos para transportar minério de ferro da Vale do Brasil para a China a partir de 10 navios VLOCs (very large ore carriers) que serão construídos pelo China Merchants.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 672

38-02/10/2014

VALE

Diretoria propõe segunda parcela de dividendos

A Diretoria-Executiva da Vale aprovou e irá submeter à deliberação do Conselho de Administração proposta para pagamento da segunda parcela de remuneração mínima aos acionistas da Companhia em 2014, no valor de US\$ 2,1 bilhões, conforme anunciado ao mercado em 30 de janeiro de 2014. Isto equivale a US\$ 0,407499945 por ação ordinária ou preferencial em circulação, com base no número de ações em 29 de agosto de 2014 (5.153.374.926). O Conselho de Administração da Vale apreciará a proposta da Diretoria-Executiva na reunião do dia 16 de outubro de 2014 e, se aprovada, o pagamento de US\$ 2,1 bilhões será realizado em 31 de outubro de 2014. Os valores em reais serão obtidos mediante a conversão dos valores em dólares norte-americanos pela taxa de câmbio de venda do dólar norte-americano (PTAX - opção 5) informada pelo Banco Central do Brasil no dia 15 de outubro de 2014. Caso a proposta seja aprovada pelo Conselho - computando-se a primeira parcela da remuneração mínima paga a partir do dia 30 de abril, a Vale terá distribuído a seus acionistas US\$ 4,2 bilhões em 2014.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 672

39-02/10/2014

CARVÃO

Vale desativa mina de Isaac Plains

A Vale anunciou que está tomando as medidas necessárias para colocar a mina de carvão de Isaac Plains, na Austrália, em care and maintenance. A decisão ocorreu após ser constatada que a operação não é economicamente viável nas atuais condições de mercado. A decisão foi firmada pela Vale e Sumitomo Corporation, sócios da joint venture da mina de Isaac Plains

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 672

40-02/10/2014

ÁGUA

Cavas de minas podem abastecer cidades

O Consórcio PCJ localizou cerca de 30 cavas de mineração com disponibilidade hídrica nas regiões de Rio Claro, Campinas e Bragança Paulista. Cada cava encontrada tem capacidade para abastecer uma cidade com 20 mil habitantes por um período de dois meses. A identificação aconteceu graças a um rastreamento aéreo, onde foram aprofundadas observações para comprovar a localização de 60 cavas detectadas por satélite em agosto. Entretanto, a metade não apresentou a quantidade de água esperada. O coordenador dos projetos do Consórcio PCJ, César Saad, disse que ainda não foi feito estudo quantitativo exato da água, mas que realmente serviria de opção para abastecimento. Para utilizar a água verificada nas cavas, os interessados terão que entrar em contato e negociar com o dono da área onde as cavas estão.

Fonte: Brasil Mineral OnLine - 672

41-02/10/2014

Ação com voto ganha prêmio em meio a conflito na Usiminas

Por **Natalia Viri | De São Paulo**

Em meio às incertezas em relação à condução da Usiminas, os investidores recorreram ao ditado popular: "se não pode vencer seus inimigos, junte-se a eles". Desde a demissão do presidente Julian Eguren, as ações ordinárias (ON, com direito a voto), que normalmente têm desconto em relação às preferenciais por sua menor liquidez, passaram a ser negociadas com prêmio.

Na média dos últimos 12 meses, os papéis ordinários da Usiminas foram negociados com deságio de 8% em relação aos preferenciais classe A (PNA), que integram o índice Bovespa. Desde sexta-feira, quando foi anunciada a saída do presidente e mais três executivos indicados pela Ternium, o placar se inverteu: enquanto os papéis PNA caíram 14%, os ON recuaram "apenas" 8,5% e passaram a ser negociados com ágio.

A lógica por trás da decisão é que, em um cenário em que nem mesmo os controladores se entendem, os direitos dos minoritários passam a segundo plano, e estar alinhado aos donos torna-se uma opção mais defensiva. Mas, mais do que isso, o movimento mostra que o mercado não vê grandes chances de conciliação entre a Ternium, do grupo ítalo-argentino Techint, e a Nippon Steel & Sumitomo, com quem divide o controle da siderúrgica.

Para boa parte dos analistas, os fundamentos agora dividem espaço com uma aposta em novos eventos societários, como venda de uma fatia da empresa ou até mesmo uma eventual fusão - em um cenário que coloca a ação como uma opção muito mais arriscada. O Goldman Sachs rebaixou o preço-alvo dos papéis PNA de R\$ 8,60 para R\$ 7,7, retirando o prêmio de 10% que tinham em relação às ações votantes. "Preferimos as ações ON dado o 'tag along' de 80% no caso de um acirramento na disputa entre os controladores", disse a equipe liderada pelo analista Marcelo Aguiar. O "tag along" é a extensão do prêmio pago no caso da venda do controle - ou seja, já há quem antecipe que um dos dois grupos em conflito pode decidir abandonar o barco.

Os japoneses estão na companhia desde sua fundação, em 1956. Já os argentinos pagaram R\$ 36 por ação em 2011 para entrar na companhia e dificilmente sairiam do negócio pela cotação atual, próxima dos R\$ 6. No atual patamar de preços, alguns analistas apontam que a Techint poderia estar mais disposta a comprar mais papéis. Nesse xadrez intrincado, a peça que faltava pode atender pelo nome de CSN, aponta a equipe do Brasil Plural. A tese de investimento da casa de análise, primeira a antecipar o conflito, se baseia num potencial de racha com os minoritários: desde abril, a recomendação é de compra para as ON e de manutenção para as PNA.

A CSN precisa se desfazer de uma participação de 14% no capital ordinário da Usiminas, a mando do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). "Dada a baixa liquidez, uma alternativa seria encontrar um parceiro estratégico e acreditamos que a Ternium/Techint é uma das candidatas mais prováveis", aponta a equipe liderada pelo analista Renato Antunes em relatório. O baixo patamar de preço dos papéis dá conforto para a aposta arriscada, aponta o analista. Segundo ele, no caso de desacordo com decisões da tomadas em assembleia, as ações ordinárias são as únicas que dão direito de retirada ao valor patrimonial das ações - que hoje é 65% superior à cotação em bolsa.

O BTG Pactual, por outro lado, está no time daqueles que não acreditam na vantagem do prêmio das ações ON. "A venda de uma fatia de qualquer um dos controladores parece um cenário distante e, como já vimos no passado, apostar em 'tag along' pode ser muito arriscado", afirmaram os analistas Leonardo Correa e Caio Ribeiro em nota aos clientes. Eles também não acreditam que a Ternium seria a "compradora natural" da fatia da CSN - a aposta do banco é que, no atual cenário, a sócia esteja relutante em aumentar a participação.

Nesse ambiente, o BTG, que tinha a empresa como favorita no setor de siderurgia, tirou sua recomendação de compra e passou a indicar manutenção dos papéis PNA. A

percepção é que, do ponto de vista dos fundamentos, o conflito societário jogou uma pá de cal sobre as perspectivas já ruins, em virtude da demanda fraca por aço e dos preços baixos do minério de ferro, que representa cerca de 20% do resultado operacional.

O Santander foi ainda mais radical e, numa tacada só, cortou o preço-alvo para as ações preferenciais de R\$ 11 para R\$ 6 e rebaixou a recomendação de "compra" para "venda". As premissas para os resultados da siderúrgica foram mantidas e a principal mudança veio do aumento do "beta", indicador que reflete o risco associado a uma ação. "Acreditamos que a ação permanecerá pressionada negativamente até que a empresa forneça mais detalhes quanto à resolução dos problemas envolvendo a alta administração", disse a equipe do banco em relatório. **(Colaborou Stella Fontes)**

42-02/10/2014

Nippon acusa sócios de má gestão e aponta falhas

Por **Ana Paula Ragazzi | Do Rio**

O conflito societário na Usiminas envolve críticas não apenas à governança da empresa, mas também ao seu desempenho e gestão. A siderúrgica é co-controlada pelo grupo japonês Nippon e pela ítalo argentina Techint / Ternium.

O grupo Nippon manifestou em agosto ao sócio o descontentamento com a gestão da companhia, liderada por executivos ligado aos argentinos. A avaliação dos japoneses é que houve melhora no desempenho dos números financeiros da Usiminas, mas mais por razões externas que pelo trabalho da direção que estava na empresa até a semana passada. Para a Nippon, a empresa precisa melhorar sua operação e estrutura de custos.

As informações estão em ata de reunião prévia à de conselho, realizada pelos sócios em agosto, à qual o **Valor** teve acesso.

A Nippon atribui a melhora nos resultados da Usiminas "em grande parte" a circunstâncias externas favoráveis, como os aumentos de preços e das vendas no mercado doméstico. Por outro lado, observam os japoneses, a Usiminas tem sofrido reduções na sua produção da ordem de 10% a 20% em razão do "aumento dos problemas operacionais nos processos industriais" de sinter, coque e ferro, principalmente em Cubatão. Além disso, os custos de produção, especialmente os variáveis, aumentaram. Na avaliação da Nippon, até agora não houve uma melhora suficiente na empresa "por meio de seus esforços internos".

O **Valor** apurou que a Ternium acredita que as críticas da Nippon fazem parte de seu desejo de destituir os diretores da companhia e modificar o acordo de acionistas da empresa. Isso porque, em reunião de conselho realizada em maio, a Nippon teria concordado como pagamento de bônus para o presidente e para os vice-presidentes e o aumento da remuneração do presidente em 16%. Nessa época, o resultado da auditoria interna para averiguar a remuneração dos executivos já havia saído.

A Nippon tentou acordo com a Techint sobre a gestão da Usiminas. Inicialmente propôs a nomeação alternada do diretor-presidente a cada dois mandatos. Mas não houve acordo. A Techint acredita que a medida não é benéfica para a companhia, que teria um rompimento de gestão a cada dois anos.

Em suas críticas à gestão atual da Usiminas, a Nippon se diz preocupada com as circunstâncias externas de vendas, que têm se agravado novamente. Para a Nippon, a Usiminas "está em uma posição que exige a adoção de medidas urgentes para impedir um fraco desempenho no restante de 2014".

A Nippon diz que a principal causa desse quadro são "questões ainda não resolvidas nos departamentos de produção e tecnologia". Considera a operação de sinter em Cubatão "uma das questões mais graves na companhia", apesar das repetidas propostas que fez desde o início de 2012 sobre a normalização das usinas. "Nenhuma providência foi tomada, levando à redução da produção causada pelos problemas nas usinas". Atualmente, com base em propostas de seus enviados, diz a Nippon, a Usiminas decidiu incorrer em despesas de manutenção para a recuperação, em medida de urgência, da operação de sinter, mas provavelmente essa operação não será recuperada até o fim de 2014.

Além disso, os japoneses citam "medidas assertivas" tomadas pelos enviados da Techint, inclusive diretores, sem ouvir pessoal competente da companhia e da Nippon, que "resultaram em problemas operacionais e no aumento de custos", como por exemplo, o atraso nas obras de construção da usina de coque em Ipatinga, o aumento do custo causado pela injeção de gás natural nas fornalhas e as excessivas chapas geradas através da campanha contínua de modelagem.

43-02/10/2014

SUDAM INCLUI MINERAÇÃO COMO SETOR PRIORITÁRIO NA AMAZÔNIA

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) vai incluir o setor mineral como atividade prioritária na Amazônia Legal. Com isso, empreendimentos do setor poderão obter benefícios como redução de imposto de renda e financiamentos com juros máximo de 6,5% ao ano. As informações constam do documento "Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal" (PDIAL), apresentado na última quinta-feira (25), em Belém (PA).

O documento cita como cinco setores prioritários a bioindústria (biocombustíveis e cosméticos), a indústria minero-metalúrgica (verticalização minerária), indústrias intensivas em trabalho (reciclagem e movelaria), indústria naval e de alimentos. Além de medidas referentes aos incentivos fiscais e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), da Sudam, e o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que serão implementadas a partir da articulação com todos os setores.

O estudo começou a ser elaborado no fim de 2012, pela Sudam, e faz uma análise do setor industrial na região, com o objetivo principal de diversificar a base produtiva e verticalizar a produção, conferindo mais valor, geração de emprego e a internalização da riqueza gerada na Amazônia.

O evento reuniu Secretarias e Federações de Indústria de vários Estados da Amazônia, além do Banco da Amazônia, Sebrae e Conselhos Regionais de Economia, para ouvir sugestões dos setores nos Estados da Amazônia Ocidental.

A versão final do estudo será encaminhada ao Ministério da Integração Nacional (MI) e demais setores do governo federal que necessitem de embasamento para a definição de ações estratégicas que possam desenvolver o setor industrial na Amazônia.

O diretor de Planejamento e Articulação de Políticas da Sudam, Armando Mendonça, afirmou que o grupo que elaborou o trabalho ouviu os nove Estados da Amazônia Legal e que esta é a primeira versão do estudo que “ainda não está fechado”. Ele ressaltou a importância do compartilhamento das propostas da PDIAL com todos os órgãos e setores envolvidos.

O coordenador do grupo de trabalho, Rinaldo Moraes, falou sobre a importância da elaboração de um estudo dessa natureza, que é feito na Amazônia e por amazônidas. “Nos quase 60 anos de Sudam, nós nunca tivemos uma proposta dessa envergadura, elaborada por técnicos da Amazônia. Mas ela só vai dar certo se tiver alinhada numa teia de cooperação”, afirmou.

A PDIAL considera principalmente o aproveitamento das potencialidades regionais para essa nova trajetória que resulte em inclusão social e melhoria da qualidade de vida de sua população e preservação ambiental. A proposta identifica os principais gargalos e potencialidades latentes para o desenvolvimento industrial na região e propõe diretrizes estratégicas de atuação, indicando as que serão objeto de encaminhamentos legais/políticos.

As medidas propostas na PDIAL incluem a redução de 90% do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, com fruição de 10 anos, para empresas com projetos de implantação e diversificação; o depósito para reinvestimento para 50% do Imposto sobre a Renda, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, com concessão até 2028; e a depreciação acelerada incentivada.

No plano fiscal há também a previsão de descontos dos créditos da contribuição para PIS/PASEP e da Cofins referentes à aquisição de bens para o ativo imobilizado, isenção de AFRMM, IPI e de IOF nas operações de câmbio para pagamentos de máquinas e equipamentos importados.

No plano financeiro, há a possibilidade de juros anuais de 5% a 6,5%; com participação dos recursos do FDA em 80% do investimento total e carência para até dois anos após a data prevista no projeto para entrada em operação do empreendimento. O prazo de financiamento pode ser de até 20 anos, incluindo o período de carência, para todos os

setores definidos pela PDIAL. As informações são da Sudam.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

44-02/10/2014

RIO TINTO USA TECNOLOGIA 3D PARA REDUZIR CUSTOS E AUMENTAR DESEMPENHO

Uma nova tecnologia de mapeamento tridimensional, implantada pela australiana Rio Tinto na mina de minério de ferro West Angelas, na Austrália Ocidental, permite identificar com precisão o tamanho, a localização e a qualidade do minério, contribuindo para redução de custos e melhora na eficiência das operações.

O RTVis 3D fornece um mapeamento preciso que garante separar o minério de alto valor e, assim, reduzir o desperdício e os custos operacionais. O software cria ainda imagens 3D da mina que antes não podiam ser alcançadas.

Segundo a Rio Tinto, a tecnologia levou a uma maior recuperação do minério, além de sondagens mais precisas, redução do uso de explosivos, melhora na classificação de resíduos e aumento das taxas de escavação.

O diretor de Inovação da Rio Tinto, John McGagh, afirmou que a tecnologia permitiu que a empresa pudesse, de forma rápida e fácil, visualizar, comparar e avaliar dados para traçar o que está no solo. Segundo ele, é como se fosse uma imagem de ultrassom do depósito entregue em tempo real.

"O RTVis é uma aplicação de baixo custo, que complementa nossa tecnologia de dados já existente de uma forma nunca antes disponível, visando melhorar nossas operações de mineração", disse McGagh.

Segundo o executivo, o software traz informações rápidas para um público amplo, a partir de um único operador em campo e uma equipe de peritos sediada no centro de operações da Rio Tinto em Perth, na Austrália.

"Com estas informações detalhadas agora disponíveis, nossas operações para recuperação do minério será significativamente mais eficiente e eficaz", afirmou McGagh. De acordo com a mineradora, testes estão sendo realizados também em outras operações da companhia, incluindo ativos de cobre, energia e diamantes.

O RTVis também pode fornecer informações rápidas sobre impacto em equipamentos. Outro benefício do software é obtido durante o planejamento de um projeto, pois fornece informações confiáveis sobre a natureza do depósito em uma fase anterior ao processo de exploração.

O software foi lançado, no final do mês passado, durante a International Mining and Resources Conference (Imarc), realizada em Melbourne, na Austrália. As informações são do Mining News Premium.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

45-02/10/2014

CCX e Yildirim negociam venda de ativos

Por Fátima Laranjeira | Estadão Conteúdo

A CCX Carvão da Colômbia informa que está em tratativas com a Yildirim para definir a data-limite para o cumprimento das condições precedentes para a venda dos projetos de mineração a céu aberto de Cañaverales e Papayal e o projeto de mineração subterrânea de San Juan, incluindo o projeto de infraestrutura logística, composto por ferrovia e porto.

Há pouco a CCX afirmou que permanece dedicada a alcançar o fechamento da operação até 31 de dezembro, conforme disposto no Asset Purchase Agreement (APA) e que não foram integralmente concluídos até 30 de setembro os termos e condições do acordo assinado entre as companhias.

Conforme anunciado anteriormente, o preço total da transação foi de US\$ 125 milhões, já incluído neste montante os US\$ 5 milhões pagos à CCX em 13 de novembro de 2013 para garantir exclusividade nas negociações à Yildirim.

Além disso, a CCX afirma no comunicado que não tem ciência de atos ou fatos relevantes que possam justificar a movimentação atípica (volume e preço) das ações ordinárias da companhia no pregão da Bovespa de quarta-feira, 01.

46-02/10/2014

Embarque de minério cresce 14%, o maior em quase 3 anos

Em setembro, contudo, preços recuaram mais de 20%, com receita de US\$ 2,2 bilhões.

Por Reuters

SÃO PAULO - Os volumes de minério de ferro exportados pelo Brasil em setembro atingiram 33,1 milhões de toneladas, o maior volume mensal embarcado em quase três anos e um crescimento de 14% na comparação com o mesmo mês de 2013, segundo dados divulgados nesta quarta-feira pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Os grandes embarques, que estão em patamares próximos dos maiores volumes já exportados pelo país, de 34 milhões de toneladas em dezembro de 2011, ou das 35 milhões de toneladas de maio de 2008, ocorrem em um momento de preços baixos no mercado internacional, devido ao crescimento da oferta num ritmo superior ao da demanda.

A queda do preço fez a receita com exportação de minério de ferro do Brasil em setembro cair mais de 20% na comparação anual, para US\$ 2,2 bilhões, apesar do aumento do volume exportado. O minério teve uma mínima de cinco anos de US\$ 77,50 por tonelada na terça-feira na China, o maior importador da commodity, segundo dados compilados pelo Steel Index.

No Brasil, os preços médios do produto exportado em setembro fecharam em US\$ 67,3/tonelada (FOB), segundo a Secex, queda de 30% ante o valor do mesmo mês do ano passado. Pelos dados do órgão do governo brasileiro, o preço de exportação está no menor nível desde os US\$ 52,3 de março de 2010, quando a economia global ainda se recuperava da crise financeira de 2008-2009.

Os preços do minério estão pressionados globalmente à medida que as grandes mineradoras, incluindo a brasileira Vale, elevam a produção com expansão de suas operações, na expectativa de tirar do mercado as mineradoras de alto custo da China, o que faria os preços terem alguma sustentação. A Vale é maior produtora global de minério de ferro e responde por grande parte de exportações do Brasil.

No terceiro trimestre, as exportações do Brasil, em volumes, somaram 92,51 milhões de toneladas, crescimento de 3% na comparação anual.

47-02/10/2014

China: preços altos do alumínio fazem siderúrgicas investir na produção

A alta de 27% em sete meses, nos preços do alumínio da bolsa de Londres juntamente com uma expectativa de déficit futuro, acabou por convencer as metalúrgicas chinesas que é mais interessante apostar na alta e investir em novas plantas e projetos.

É uma reviravolta na indústria do alumínio que aparentava ter o seu primeiro ano de procura maior do que a oferta após anos de superprodução. Segundo a Reuters e a Rusal o ano de 2015 deverá ter um déficit de mais de 1,3 milhões de toneladas de alumínio. Esta possibilidade de déficits futuros aliada aos altos preços reativou a esperança dos empresários chineses que já começam a investir em novas plantas siderúrgicas e expansões.

Fonte: www.geologo.com.br

48-03/10/2014

Enquanto no Brasil as juniors são ameaçadas com a perda do direito de prioridade, no Canadá o governo cria fundos para incentivar novos investimentos

Além dos financiamentos via bolsa de valores o Canadá tem também outros mecanismos que visam atrair investimentos das junior companies nos seus territórios. O governo dos territórios do noroeste do Canadá (NTW), por exemplo, acaba de criar um programa de incentivos para atrair novos investimentos em pesquisa. Nesta primeira fase seis junior companies já estão recebendo US\$400.000 para investimento em seus programas de pesquisa mineral.

Estas juniors estão trabalhando em projetos de pesquisa mineral para ouro, diamantes e metais básicos no Território. O programa de incentivos do NTW não é o único. Vários territórios e Províncias do Canadá costumam, também, financiar a pesquisa mineral através de programas de incentivo à mineração. No Território do Yukon, por exemplo, existe um programa de incentivos à pesquisa mineral que já distribuiu 1,4 milhões de dólares em 2014.

Este programa de Yukon criou 300 novos pedidos de pesquisa mineral somente em 2013, acelerando e fomentando a pesquisa no território. Através dele qualquer prospector mineral pode receber até noventa mil dólares para pagar despesas operacionais, trabalhos de exploração mineral e de avaliação de jazidas. As coisas não param por aí. Existem isenções de impostos, de royalties e até de taxas sobre combustíveis que o Governo de Yukon oferece às junior companies que investem em seu território.

Não é a toa que o Canadá é um dos países com a geologia e a mineração mais desenvolvidos do mundo. Enquanto isso, aqui no Brasil, as junior companies estão sendo ameaçadas, por um governo xenófobo, com a perda do direito de prioridade na pesquisa mineral. Se o governo vencer veremos a pesquisa mineral no país se desintegrar. As juniors, que lá no Canadá são bem vindas e até recebem incentivos para operar, serão banidas do Brasil.

Pense nisso!!

Fonte: www.geologo.com.br

49-03/10/2014

Codelco recebe US\$4 bilhões para investimentos

A Câmara dos Deputados aprovou por 91 a 3, o investimento de quatro bilhões de dólares na mineradora Codelco. Este capital será investido entre 2014 e 2018 e corresponde a 17% do valor de US\$23 bilhões pleiteados pela Codelco.

Fonte: www.geologo.com.br

50-03/10/2014

Ternium supera Nippon em briga por controle da Usiminas

A siderúrgica latino-americana Ternium anunciou nesta quinta-feira que vai comprar ações ordinárias do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, Previ, na Usiminas, em uma operação de 616,7 milhões de reais.

O negócio fará a participação da Ternium no grupo de controle da Usiminas subir de 27,66 por cento para 38 por cento, superando a fatia de 29,45 por cento detida atualmente pelo grupo Nippon, que na semana passada conseguiu demitir o presidente-executivo da siderúrgica brasileira, indicado pela Ternium.

A Ternium afirmou que vai comprar 51,4 milhões de ações ordinárias da Usiminas detidas pela Previ a um preço de 12 reais por papel. O valor corresponde a um prêmio de 82 por cento sobre o preço de fechamento dos papéis na quarta-feira. Em dólares, o ágio é de 42 por cento, considerando a cotação média da ação na moeda norte-americana dos últimos seis meses.

O ágio é semelhante ao pago quando a Ternium, integrante do grupo ítalo-argentino Techint, entrou no grupo de controle da Usiminas, no final de 2011. A operação não vai disparar obrigação para a Ternium fazer uma oferta pública de aquisição de ações de outros acionistas minoritários, disse a companhia.

Na sexta-feira, o presidente-executivo da Usiminas, Julián Eguren, e mais dois altos executivos da maior produtora de aços planos do Brasil foram demitidos após uma tensa reunião do Conselho da siderúrgica, que terminou desempatada pelo presidente do órgão, Paulo Penido, indicado pelo grupo Nippon.

A demissão, que deu o controle da gestão da siderúrgica à Nippon, abriu uma guerra jurídica em que a Ternium alega ter havido quebra de acordo de acionistas pelo grupo japonês e exige o retorno dos executivos afastados. Na quarta-feira, a Usiminas afirmou que a destituição dos executivos ocorreu por problemas de falta de governança encontrados após auditorias realizadas na empresa.

Fonte: Reuters

51-03/10/2014

Terminais privados ganham espaço no país

Brasília – Enquanto os investimentos estão travados nos portos públicos, ganha velocidade no País a instalação de novos terminais privados. O governo federal já autorizou 26 empreendimentos novos, que somam R\$ 7,6 bilhões em investimentos, e duas expansões de terminais já existentes, que envolvem mais R\$ 2,3 bilhões.

Os maiores empreendimentos aprovados até agora são o Porto Sul, em Ilhéus (BA), que custará R\$ 2,4 bilhões; a expansão do terminal da Ultrafértil, em Santos (SP), um investimento de R\$ 2,2 bilhões; e um terminal da Manabi Logística, em Linhares (ES), com previsão de desembolso de R\$ 1,5 bilhão. Há ainda um terminal da Bahia Mineração (Bamin), também em Ilhéus, orçado em R\$ 898 milhões.

Assim, os chamados Terminais de Uso Privado (TUPs) já autorizados respondem por quase um quinto dos R\$ 54 bilhões de investimentos estimados no Programa de

Investimento em Logística (PIL) Portos. A cifra é a soma dos investimentos esperados nos terminais privados e nos portos públicos – que ainda não saíram do papel.

A autorização dos Terminais de Uso Privado foi objeto de polêmica no ano passado, durante a discussão da Lei dos Portos. Entre os especialistas do setor, havia quem dizia que, para destravar esses investimentos, não era necessária uma mudança na legislação. Bastaria revogar um decreto do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) que obrigava os TUPs a embarcar apenas carga própria.

No entanto, a opção do governo foi por colocar, na lei, que esses terminais poderiam movimentar cargas próprias e de terceiros. Havia uma avaliação de que a simples revogação do decreto poderia gerar questionamentos na Justiça.

Sem avanço

Os terminais privados são, ao lado das rodovias e dos aeroportos, a parcela do Programa de Investimento em Logística que a presidente Dilma Rousseff conseguiu colocar em andamento. Mas o programa de concessões à iniciativa privada não avançou nos portos públicos, nem nas ferrovias.

Existe uma concessão ferroviária pronta para ser leiloada: os 883 quilômetros ligando Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, a Campinorte, em Goiás. O governo, porém, ainda não conseguiu se entender com o setor privado a ponto de ter segurança que haverá interessados num eventual leilão. Há pressão dentro do governo para que a ferrovia seja oferecida à iniciativa privada ainda este ano. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Fonte: Reuters

52-03/10/2014

MATO GROSSO É EXPORTADOR Nº 1 DE DIAMANTE

Matéria do Caderno Panorama da edição 508 do Circuito Mato Grosso mostra que MT comercializou 38,8 mil quilates em 2013

Primeiro lugar no ranking de exportação e produção de diamante no Brasil, Mato Grosso comercializou em 2013 um total de R\$ 3.357.086, o que equivale a 38.895 quilates, segundo dados do relatório anual de lavra do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM-MT). Trata-se do único mineral no Estado exportado, cujo destino é a Europa, caso da Bélgica, mas também vai para Emirados Árabes Unidos, EUA, Índia e Israel, centros de lapidação e comércio de diamantes.

São diamantes predominantemente brancos, pedras com alto teor de pureza, que são as de maior valor, ou com tonalidade amarelada, ou cinza. Com qualidade gemológica, ou seja, lapidável, as pedras se assemelham aos famosos diamantes de Roosevelt, avalia o geólogo e especialista em pedras preciosas (gemólogo) do DNPM Amós de Melo Oliveira.

Segundo ele, a mineração em terras indígenas é expressamente proibida no Brasil e a de Roosevelt teve uma intensa extração de diamante entre os anos de 1999 a 2004, quando foi fechada, após a morte de 29 garimpeiros. Eles foram assassinados na região, que compreende os estados de Rondônia e Mato Grosso, por desentendimentos com os índios cinta-larga, em virtude do tesouro que aflora nessas terras.

Apenas o município de Juína não possui a qualidade do cobiçado diamante de Roosevelt.

Mesmo sendo o montante considerado insignificante para o mercado internacional, a produção no país está aumentando, ao avaliar que em 2009 a exportação brasileira foi de US\$ 2 milhões, 35,9 mil quilates, e no ano passado o Brasil exportou legalmente US\$ 6,1 milhões em diamante bruto, ou seja, 44,3 mil quilates. Um quilate é o equivalente a 200 miligramas.

Diamante bruto só pode sair do país com certificado Kimberley, o CPK, emitido pelo DNPM. Se forem de áreas não legalizadas, não são, em tese, certificados. E o Estado de Mato Grosso possui atualmente 20 licenças: uma no município de Alto Araguaia, outra em Rondonópolis, nove em Poxoréu e mais nove em Juína, único município que obteve resultado na exploração em 2013.

Há três anos o número de licenças era de 32 no Estado e estavam na lista Diamantino, Nortelândia, Guiratinga, que obteve em torno de 15% do valor comercializado no ano de 2011, além de Itiquira, Ribeirãozinho, Alto Paraguai e até mesmo Chapada dos Guimarães.

Amós aponta que há diamantes também nos municípios de Tesouro, Paranatinga, Alto Paraguai e Arenópolis.

O país é participante do Sistema de Certificação do Processo Kimberley, que regulamenta, com a chancela da Organização das Nações Unidas (ONU), o comércio internacional de diamantes brutos e exige de seus signatários medidas para garantir que suas pedras sejam extraídas somente de áreas legalizadas.

Fonte: Circuito Mt

53-03/10/2014

CLEVELAND CONFIRMA POTENCIAL PARA AUMENTAR VIDA ÚTIL DA MINA DE OURO

A Cleveland Mining afirmou na última quarta-feira (01/10) que uma recente sondagem realizada na mina de ouro Premier, em Crixás (GO), interceptou uma zona significativa de mineralização, apontando teores de até 16,16 gramas de ouro por tonelada. Segundo a mineradora, o resultado indica potencial para aumentar os recursos do projeto e ampliar a vida útil da mina.

De acordo com comunicado ao mercado desta quarta feira, a sondagem apontou mineralização próxima da superfície, que pode ser facilmente acessada pelas operações já existentes de mineração a céu aberto.

Os resultados dos quatro furos sondados incluem uma interseção de 12 metros com teor médio de 2,31 g/t Au, incluindo 1 m @ 16.16g / t Au e uma outra interseção, também de 12 metros, com teor médio de 1,63 g/t Au, que inclui ainda 2 m @ 4,12 g/t Au.

Segundo a Cleveland, a mineralização permanece aberta em profundidade em todos os furos, o que representa alvos de exploração prioritários no curto prazo. A mineradora afirmou que a descoberta dessa nova área de mineralização permite prolongar a vida útil da mina Premier.

Além dos resultados, uma reinterpretação do antigo modelo ajudou a definir um grande alvo que se estende a leste dos recursos atuais. Segundo a Cleveland, a exploração inicial deste alvo apontou um histórico de 10 poços de garimpo e amostras de rocha de alto teor (até 41,7 g/t Au).

O diretor administrativo da Cleveland, David Mendelawitz, afirmou que a equipe de exploração da mineradora fez várias descobertas importantes que destravam o amplo potencial de Premier, por meio de uma exploração de superfície 3D ao redor da mina.

"Nossa estratégia sempre foi começar a mineração a céu aberto para depois buscar ampliar a vida útil da mina, com o conhecimento adquirido nos ajudando a definir novas atividades de exploração. Esta estratégia está agora dando frutos", disse Mendelawitz.

Segundo ele, nos últimos seis meses, a compreensão da Cleveland sobre o potencial da área tem crescido exponencialmente.

"Nós também fomos capazes de identificar a continuidade dos corpos minerais na mina Premier. Estamos imediatamente adjacentes a uma das maiores minas de ouro do mundo, o depósito Serra Grande, da AngloGold, e o futuro parece empolgante", afirmou o diretor administrativo.

Mendelawitz disse ainda que pequenas adições à base de recursos da mina Premier podem oferecer recompensas financeiras significativas. Segundo ele, a cada 10 mil onças de ouro recuperáveis são acrescentados cerca de US\$ 10 milhões na receita potencial para o projeto.

"Estamos confiantes de que, quando combinarmos esses resultados com o programa de sondagem que está sendo realizado em O Capitão [projeto localizado a nove quilômetros da mina Premier], poderemos aumentar rapidamente nossa base de recursos, com material acessível para alimentar a planta de processamento para além da vida útil atual da mina", afirmou Mendelawitz.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

54-03/10/2014

UNI-ANHANGUERA PROMOVE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO MINERÁRIO

O Uni-Anhanguera, universidade localizada em Goiânia (GO) passará a oferecer o curso de Pós- Graduação em Direito Minerário. Os interessados devem entrar em contato com a Instituição até o dia 31 de outubro para efetuar a pré-matrícula. As aulas terão início no dia 21 de novembro e serão ministradas às sextas-feiras (18h45 às 22h15), sábados (8h00 às 18:00h) e domingos (8h00 às 14h00). A carga horária é de 360 horas.

Disciplinas como Direito Administrativo, Introdução ao Direito Ambiental, Gestão Ambiental, Fundamentos de Direito Minerário e Direito Minerário Comparado, Prática do Processo Minerário, Economia Mineral, Direito Ambiental Aplicado à Mineração – Mineração e Áreas Protegidas, Introdução à Geologia e Engenharia de Minas, Tributação e Royalties na Mineração e Liderança Organizacional fazem parte da estrutura curricular da Pós-Graduação

Fonte: IBRAM – Profissionais do Texto

55-03/10/2014

Venda de ativos da CCX

A CCX Carvão Colômbia confirmou ontem que a operação de venda de projetos de mineração no país para a Yildirim não ocorreu até 30 de setembro, conforme esperado pela empresa. A expectativa é que o acordo aconteça até o fim do ano. As companhias negociam a data limite para o cumprir as condições precedentes, segundo o esclarecimento. Em setembro, a CCX anunciou que teve todas as liberações para promover a transferência de quatro dos cinco ativos minerários da operação. Para o quinto está pendente o processo de integração perante as partes e as autoridades da Colômbia.

Fonte: Valor

56-03/10/2014

Para Jorge Gerdau, ‘só o mercado sabe’ futuro do minério de ferro

Por **Ana Paula Ragazzi** | Valor

SÃO PAULO - O empresário Jorge Gerdau Johannpeter afirmou nesta quinta-feira que “só o mercado sabe” qual será o futuro dos preços do minério de ferro. Neste ano, o preço do produto tem renovado mínimas históricas. Mas o empresário acredita que as empresas precisam se adaptar ao cenário.

“Tem que usar a inteligência para adotar as políticas necessárias nesse quadro. Algumas empresas poderão se beneficiar”, afirmou o empresário a jornalistas, após palestra

durante evento da International Organization of Securities Commissions (Iosco), que reúne diversos órgãos reguladores do mundo, realizada no Rio.

Governança corporativa

Ao falar sobre governança corporativa no evento, o empresário defendeu que "é uma peça-chave para as empresas". De acordo com ele, no Brasil, são as empresas estatais que, hoje, têm as maiores lacunas nesse aspecto. "Onde é que tem a maior carência de governança hoje? É na própria área governamental", afirmou.

Gerdau fez parte do conselho de administração da Petrobras até abril, quando sua vaga passou a ser ocupada por indicação de acionistas minoritários da petroleira. Ele disse que gostaria de ver no setor público o mesmo nível de governança que se atingiu atualmente no setor privado brasileiro, segundo ele, "muito por influência do mercado financeiro internacional, indiscutivelmente". Para Gerdau, o incremento da governança no setor público viria em benefício da sociedade e do desenvolvimento como um todo.

“Por que a governança do setor privado funciona? Deus nos deu duas coisas, a dor e a morte . Quando a gente tem dor a gente trata. E o temor da morte faz a gente planejar e olhar para a frente porque a empresa morre se não tiver planejamento estratégico. Agora, esse temor da morte no governo não existe e, conseqüentemente, a governança deveria ser mais importante. Ainda mais em país como nosso, em que 40% do PIB está só com a gestão do setor público”, afirmou.

Gerdau diz que não vê um debate acadêmico sobre a governança no setor público, embora haja muitos trabalhos sobre o setor privado. “Talvez estejamos vivendo um dos momentos mais interessantes desse conflito existente nas empresas estatais. Toda vez que estatal abre capital, deveria haver definição básica, não sei se pensada pela própria CVM [Comissão de Valores Mobiliários], se essa empresa vai seguir regras de mercado e atender o mercado para buscar a realização de resultados.”

O único comentário que o empresário fez sobre a Petrobras foi que, na época do bilionário aumento de capital da petroleira, a empresa se descreveu como estatal, e que teria políticas de preço. Segundo o empresário, ela fez uma “observação protecionista” de certo modo.

57-03/10/2014

Cenário negativo que afeta a indústria ainda não se dissipou, diz IBGE

Por **Diogo Martins | Valor**

SÃO PAULO - Mesmo com duas altas seguidas na produção, em julho e agosto, o panorama da indústria permanece negativo, segundo avaliação do gerente da

coordenação de indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), André Macedo. “O cenário permanece adverso e isso passa pelo baixo nível de confiança do empresário e do consumidor”, explica o especialista.

"Há também uma lenta demanda doméstica, devido ao encarecimento dos produtos e à restrição do crédito. O cenário para exportação é adverso e, ao mesmo tempo, há maior presença de importados no Brasil. Além disso, a variável estoques afeta grande parte do setor industrial", afirmou Macedo.

A produção industrial subiu 0,7% em agosto, e teve o mesmo desempenho verificado no mês anterior, na série livre de influências sazonais. Em julho e agosto, o setor acumulou alta de 1,4%.

De acordo com o especialista do IBGE, a alta da produção industrial em agosto está relacionada a uma base de comparação baixa, depreciada em meses anteriores pelo recuo da atividade. Antes de voltar a subir em julho, a indústria vinha de quatro meses seguidos de resultados negativos, período em que acumulou baixa de 3,4%.

“Houve melhora em relação a um passado recente, mas isso não reverte as perdas que o setor teve. São dois resultados positivos seguidos, mas a comparação é com uma base bem baixa. Esses resultados não suplantam sequer a perda isolada de junho”, afirmou o especialista.

Além disso, contribuiu para o crescimento da indústria em agosto o aumento na produção de petróleo e gás. Na passagem de julho para agosto, o segmento de indústrias extrativas teve alta de 2,5%, na série dessazonalizada. Fazem parte desse setor a produção de petróleo, gás e minério de ferro, que representam 95% do segmento.

“Mesmo com queda do preço do minério de ferro, observamos aumento no quantum exportado. No setor de petróleo e gás, houve redução nas paralisações, o que acabou contribuindo para a sequência de resultados positivos. Há uma relação com a produção do pré-sal”, disse o especialista do IBGE. Com a alta de agosto, a produção industrial está 6,2% abaixo do pico da série histórica, alcançado em junho do ano passado.

De acordo com Macedo, a redução da produção industrial de 2013 para 2014 está relacionada à queda na produção de veículos automotores. O setor representa 10% da indústria geral e, além disso, é grande consumidor de bens intermediários.

“O setor automotivo acaba tendo um encadeamento com outros setores”, afirmou ele. A produção de veículos automotores, reboques e carrocerias recuou 1,5% em agosto, após alta de 8,4% em julho, na série livre de influências sazonais". Segundo Macedo, o setor continua com estoques elevados e, sobre agosto, pesou ainda sobre o resultado a alta ocorrida em julho, que elevou a base de comparação.